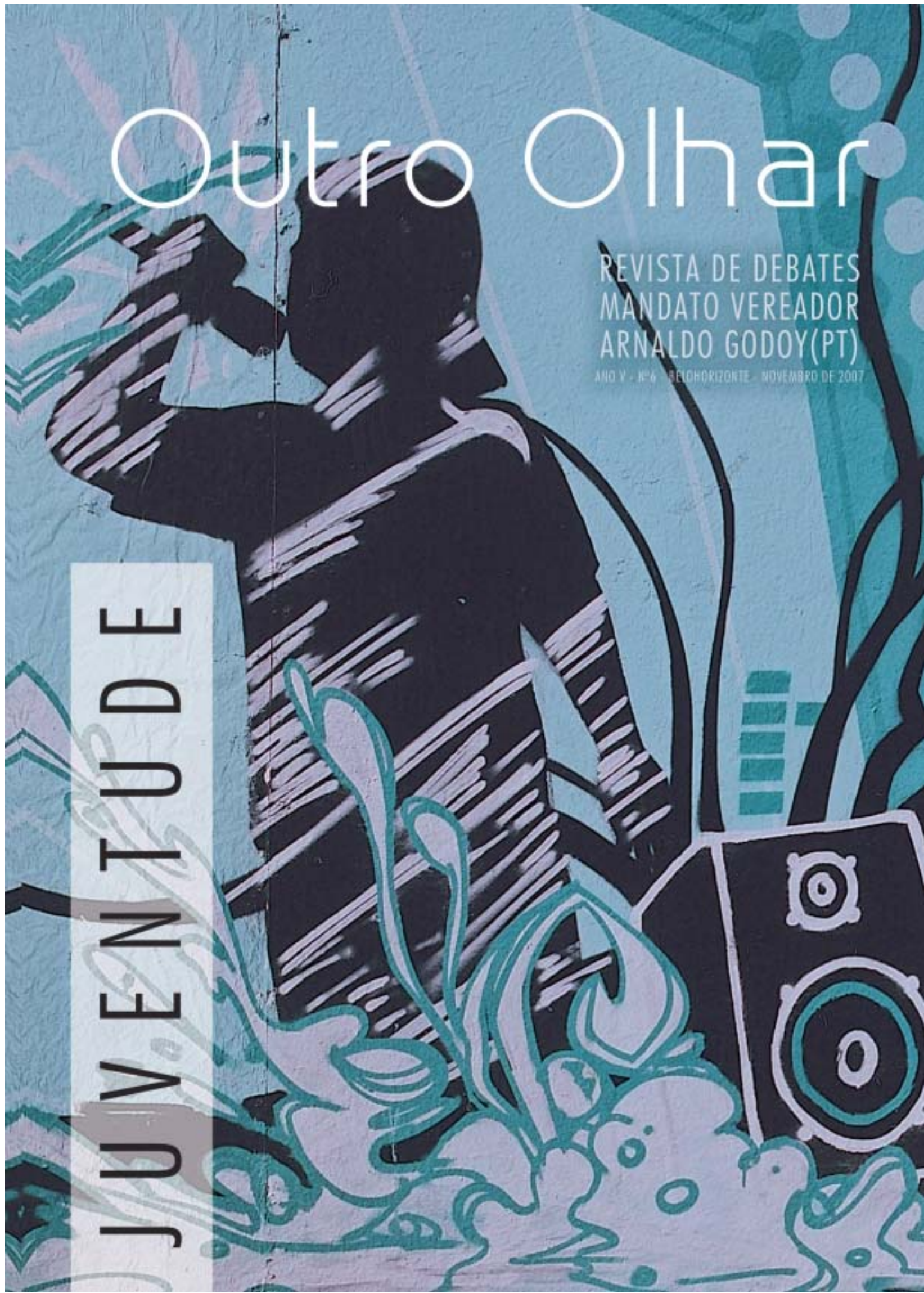


Outro Olhar

REVISTA DE DEBATES
MANDATO VEREADOR
ARNALDO GODOY(PT)

ANO V - Nº 6 - BELHORIZONTE - NOVEMBRO DE 2007

JUVENITUDE



Aos diabos quem veste Prada ARNALDO GODOY	3
Juventude e partilha de saberes na escola pública ANALISE DE JESUS DA SILVA	4
Admirável mundo novo BETO CURY	10
Violência na televisão: a juventude colonizada CAMILA SILVA NICÁCIO	17
Juventude, sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos CRISTIANE S. CABRAL	22
Exercício comparativo entre conselhos nacionais de juventude: uma análise promissora DANIELPERINI	31
Trabalho e desemprego entre os jovens: desafios para as políticas públicas GERALDO LEÃO	37
A juventude como sintoma da cultura MARIA RITA KEHL	42
Juventude e meio ambiente MARINA SILVA	54
A empregabilidade desafiada. Comentários sobre o desemprego juvenil MIGUEL ABAD	57



Aos diabos quem veste Prada

Fausto negociou sua alma com o diabo em troca da juventude e expôs suas razões: *“As sensações da espécie humana em peso, quero-as dentro de mim; assim me torno eu próprio a humanidade; e se ela ao cabo perdida for, me perderei com ela”*, confessou a Mefistófeles.

Nos lábios do primeiro herói da literatura moderna, Goethe cinzelou o mito da juventude como símbolo da luta para modificar uma cultura estagnada e já obsoleta e para a construção de novos valores humanos. No entanto, o autor não se esqueceu que para existir nesse novo mundo, a juventude fáustica deveria carregar consigo os valores da solidariedade e do compromisso com o seu tempo para atingir a plenitude do ser humano.

O momento histórico em que vivemos é inédito para a juventude brasileira. Ela está na pauta das ações governamentais e, também, de forma intensa, nos meios de comunicação. De um lado, a criação da Secretaria Nacional de Juventude, no governo Lula, e de coordenadorias nas administrações municipais, sobretudo petistas, assegura condições para que os jovens sejam protagonistas de sua realidade; para que possam ultrapassar nossas mazelas históricas e inaugurar, enfim, o Brasil mais justo, inclusivo e verdadeiramente democrático. Esse é o viés solidário, por meio da construção das políticas públicas.

Do outro lado, porém, há a exacerbada utilização da juventude como símbolo de consumo, de manutenção de uma condição capitalista que remete, apenas, à repetição das velhas formas de existir. Assim como Fausto, todos nós queremos ser jovens hoje em dia, pois para além de um estado de espírito, a juventude significa uma revolução permanente que não lamenta nostalgias de um passado real ou ilusório e que se empenha numa constante renovação. Porém, precisamos estar precavidos para que o nosso desejo não se meça pelo valor do narcisismo individual capitalista — vender a alma ao primeiro “diabo que veste Prada”.

Foi com o intuito de melhor compreender esses dois paradoxos presentes na juventude atual é que dedicamos esta nova edição da Revista Outro Olhar ao tema. Por meio da contribuição voluntária e camarada de importantes figuras que pensam a juventude no Brasil e na América Latina, pretendemos revelar os avanços obtidos na esfera federal e também apontar novos caminhos, ao mesmo tempo em que buscamos instigar o debate e provocar reflexões para que a juventude brasileira seja muito mais do que “uma camisa aberta ao peito”.

Sejamos jovens no que a juventude carrega de melhor: a utopia da mudança.

Arnaldo Godoy
“A vida não é só isso que se vê.”



Juventude e partilha de saberes na escola pública¹

ANALISE DE JESUS DA SILVA



Nossa intenção com este texto é contribuir com a construção de um “olhar” social marcado pela positividade sobre a juventude estudante pobre. É situar a importância da didática na formação de professores e na prática pedagógica como uma alternativa à compreensão dos reflexos de abordagens educacionais que pautam os posicionamentos de jovens estudantes, professores e gestores. É trazer elementos para compreender as razões de situações enfrentadas no cotidiano escolar e indicar pistas apontadas nas falas de alguns jovens entrevistados como possibilidades de superação de desafios.

As análises sociais, jornalísticas ou acadêmicas têm privilegiado a juventude pobre como objeto de estudo de questões ligadas a delinqüência e violência urbana. Nelas, a juventude pobre ocupa lugar de destaque nas estatísticas sobre vitimados e agressores; sobre o mercado de trabalho informal; sobre evasão e/ou fracasso escolar e consumo de drogas. Justifica-se afirmar que, dependendo da forma como analisamos, como lemos os dados e como intervimos a partir deles, nossas análises contribuem para afetar, positiva ou negativamente, a imagem social que se tem dessa juventude pobre, em maioria negra,



excluída de vários espaços, reprovada.

Nos limites deste texto, situamos o lugar físico, político e pedagógico do qual falamos e do qual fizemos a escuta dos jovens estudantes pobres entrevistados.

Escola Plural e Juventude: construção de um novo olhar

Na capital mineira, o Programa Educacional é a Escola Plural. A Escola Plural, mais que um programa de governo, deve ser entendida como parte integrante do movimento de renovação pedagógica que se desenvolve há quase quatro décadas, no mínimo. Ao propor a alteração, de forma radical, da organização do trabalho, dos tempos e dos espaços escolares, enfim, das lógicas e da cultura escolar em vigor, esse Programa rompe com os processos decorrentes

de concepções tradicionais e tecnicistas de ensino. Essa diretriz político-pedagógica representa o reconhecimento de uma nova forma de conduzir o processo de construção de conhecimento, de humanização dos sujeitos e de reconhecimento da diversidade cultural, pautado nos momentos do desenvolvimento humano: infância, adolescência, juventude e vida adulta.

Com a Escola Plural, ganha centralidade institucional a defesa de princípios como o da inclusão, da Educação como direito e o reconhecimento da diversidade, que vinham se revelando, no interior das escolas municipais, por meio de práticas inovadoras e transgressoras de professores individualmente e em seus coletivos. Assim, a Escola Plural apresenta, de maneira própria, uma proposta de relação dos sujeitos com o conhecimento, com

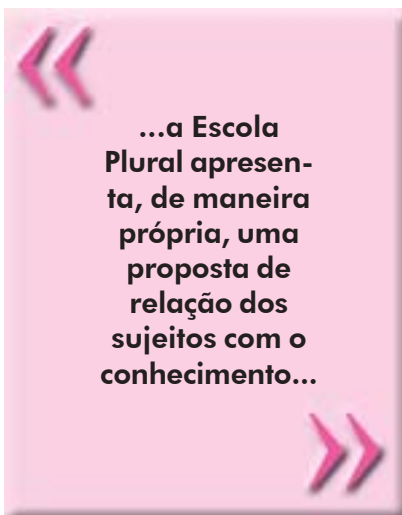
outros sujeitos, com o mundo e consigo mesmo, pois recoloca um dos atributos dos seres humanos que é pensar-se como ser em construção. Proporciona também a construção de um novo olhar sobre o processo educativo escolar como direito que se alia a outros direitos desses seres humanos. *Importante ressaltar a necessidade da interlocução da escola com outros movimentos e órgãos, como os movimentos juvenis e os conselhos de educação, de juventude, de direitos, pois não se espera que os professores realizem, sozinhos, essa tarefa.*

A conversa com os jovens estudantes

Os resultados de nossa pesquisa de doutorado mostram que o conteúdo de uma inovação pedagógica não tem um sentido único nem

consensual muito menos definitivo. Ao contrário, as mudanças propostas estão sempre sujeitas a interpretações variadas por parte dos sujeitos envolvidos, em função de sua história pessoal e profissional, de sua visão de mundo, de seus pertencimentos grupais, de seus valores e crenças, de suas vivências coletivas e isso caracteriza um processo complexo de interações, positivas ou não, entre diferentes perspectivas sociais. Também interferem aqui os significados atribuídos à escola, à educação e à relação educativa.

Entendemos que práticas pedagógicas inovadoras são ações propositivas e intencionais existentes no espaço escolar. Entretanto, o objetivo a que se prestam e a concepção que as embasa podem constituir diferenciais definidores de seu resultado no processo educativo dos jovens, pois os pro-



cessos inovadores lutam contra as formas instituídas e os mecanismos de poder.

Por muitas vezes, os jovens entrevistados, pautados em um olhar positivo, isto é, localizando as “aulas diferentes” como mobilizadores de sua permanência e de seu sucesso na trajetória escolar, nos falaram de vários significados atribuídos por eles às práticas pedagógicas de seus professores.

Esses significados são, segundo nos disseram, a possibilidade de que tais práticas *colaborem para a mudança do olhar por meio do qual a sociedade vê a realidade de estudantes e de professores e a experiência escolar superando a negatividade; contribuam com a humanização dos jovens estudantes pobres; propulsionem uma relação educativa; remetam à elevação da autoestima demandada pelos jovens estudantes; promovam o reconhecimento da identidade juvenil desses estudantes; oportunizem o lazer e o acesso à cultura; signifiquem um lugar no qual se pode ter notícias de outros lugares.*

A ponta do iceberg

A didática, enquanto um campo de conhecimento em construção, ao tomar as questões pedagógicas como base para a sua produção, traz para si a necessidade do trabalho que reconhece e valoriza os movimentos juvenis. O objeto do campo da didática define-se, pois, como o ato pedagógico em determinada situação. No caso da educação de nossos jovens, esse objeto define-se pelo contexto das práticas pedagógicas e educacionais e não pela análise de cada um dos fatores determinantes da juventude, de forma isolada. Em outras palavras, a priorização da juventude, entendida como momento do desenvolvimento humano, desvelando a condição juvenil e a situação juvenil como objetos de análise específicos, são de interesse intrínseco da didática que observa, descreve, analisa, critica e propõe uma determinada intervenção. Assim, trata-se de uma produção de conhecimento — expres-



são da ação prática dos envolvidos — que indique possibilidades de avanços em relação às vivências originadas da relação em que se manifesta essa prática.

Nessa perspectiva, uma didática para trabalhar com a juventude não demanda a criação de uma nova pedagogia ou de uma nova didática. Demanda, sim, que se capte dos movimentos juvenis, de seus processos práticos de inserção, de busca de reconhecimento e de construção da visibilidade, os elementos necessários para o sucesso da partilha de saberes que envolve os sujeitos da vivência escolar. Assim, evidencia-se a necessidade de uma didática da educação com jovens que expresse um processo educacional voltado para a lógica, a necessidade, a demanda e o olhar da juventude, em contraposição a uma escola que torna-se palco de concepções pedagógicas que se contradizem, dificultando a construção de uma escuta ao mundo juvenil. A escola é o espaço público mais freqüentado pelos jovens e os professores são os profissionais com os quais eles convivem por mais tempo. O desafio da didática é desvendar a seriedade das questões vivenciadas pelos jovens estudantes pobres e que geram insatisfações oriundas, muitas vezes, em diferentes campos e manifestas no espaço escolar.

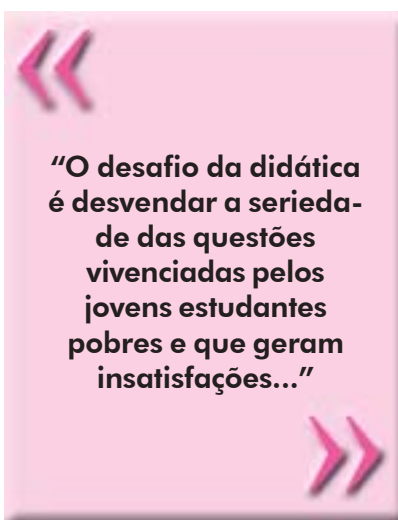
A leitura que fizemos dos dados de nossa pesquisa nos autoriza afirmar que os jovens estudantes pobres estão insatisfeitos com a maneira como nosso modelo econômico capitalista os trata e com o futuro (ou a ausência de futuro) que esse modelo desenhou para eles. Estão insatisfeitos com a habitação que lhes foi destinada nas favelas, nas vilas, nas periferias;

com as distâncias que precisam percorrer a pé ou pagando caro pelas tarifas de transportes urbanos em condições precárias; com o preço de alimentos, da roupa e do calçado que precisam comprar.

Insatisfeitos com o preço do ingresso do cinema, do teatro, do CD, do livro, da revista, do acesso à internet, do cartão de recarga do celular, da entrada no baile, enfim, com a negação do direito ao lazer e à cultura, com a inexistência de vagas para todos os interessados na universidade.

Os jovens estudantes pobres estão insatisfeitos com seus cabelos que a mídia diz com freqüência que são ruins; com a cor de pele que a sociedade diz, com freqüência, que é a cor da marginalidade. Insatisfeitos com suas relações sexuais, pois, se para as gerações anteriores o uso do preservativo era uma alternativa, para os jovens atuais constitui-se uma obrigação diante da ameaça da Aids. Outro motivo de insatisfação com suas relações sexuais é que, muitas vezes, essas resultam em gravidez não planejada, em abortos mal feitos, em filhos não desejados.

Insatisfeitos com seus trabalhos de serviços gerais, quando desejariam estar ganhando renda cultural ou estudando; com o tratamento que recebem da polícia, quando são abordados na rua, e, por vezes, na escola. Estão insatisfeitos com a pobreza, com o desemprego, com a invisibilidade que adquirem em algumas políticas públicas universalizantes, quanto à idade, gênero, raça, orientação sexual e classe social; por não terem seu potencial empregado na proposição de soluções para desafios juvenis e para desafios sociais. Estão insatisfeitos com a falta de perspectivas a



“O desafio da didática é desvendar a seriedade das questões vivenciadas pelos jovens estudantes pobres e que geram insatisfações...”

serem apontadas a eles por nosso modelo social e com o olhar negativo que a sociedade, em geral, destina a eles.

Entretanto, a sua insatisfação não gera inércia ou mata expectativas e esperanças. Assim, os jovens estudantes que ouvimos na pesquisa, em sua maioria, demandam, sim, de seus professores, o trabalho com práticas pedagógicas inovadoras; querem, sim, “aulas diferentes”. Diferenciam o trabalho dos professores que os reconhecem, que os respeitam e que se relacionam com eles considerando diversos componentes de sua identidade. Afirmam que esses professores não são a maioria e denunciam que não é essa a prática que experimentam cotidianamente. Partilham saberes — pois reconhecem que os têm — e constroem conhecimento.

Também é possível perceber que os motivos, os sentimentos e as experiências de vida que nos contaram constroem a adesão que manifestam a uma ou a outra, ou às mesclas de várias das abordagens educacionais. Para alguns, a escola é o lugar, exclusivamente, da diversão, pois acreditam, em função das vivências escolares anteriores, que o conhecimento não virá. Alguns entendem que é o lugar de se calar, pois somente quem cala aprende. Para outros, a escola é o lugar de construir conhecimentos, por meio da partilha de saberes com os outros sujeitos presentes naquele lugar. É o lugar de namorar. É ainda o lugar de manifestar sua insatisfação com as situações impostas a eles por nosso modelo econômico-social.

As insatisfações manifestas no interior da relação juventude e escola focadas, muitas vezes, na insatisfação com as práticas pedagógicas vivenciadas, mesmo aquelas consideradas “inovadoras”, são expressões de uma insatisfação mais profunda e, portanto, nem sempre manifesta.

Juventude e Escola

Atualmente, não é difícil encontrarmos escolas onde professores planejam o currículo a partir das informações que têm acerca das vivências dos jovens com os quais trabalham. Mas encontrar escolas onde a prática pedagógica pressuponha a relação educativa ainda é difícil. A relação educativa é aquela que, uma vez estabelecida entre professor e estudante, promove o aprendizado de um “conteúdo” e se concretiza em uma escuta e em uma fala, ou seja, num diálogo. Por exemplo, não temos notícias de escolas onde a prática pedagógica envolva os jovens no planejamento do currículo.

De acordo com os jovens estudantes que ouvimos, a avaliação do envolvimento do estudante no planejamento das atividades aparece, por várias vezes, como o motivador da sua permanência com sucesso na escola. Ao comentar o descontentamento do professor com o resultado da aula planejada, um dos jovens nos disse que:

“Ele fala que preparou a aula com todo carinho e que a gente nem liga. Eu fico com pena, mas, se ele perguntasse antes do que eu gosto, o que eu ainda não sei e o que eu já enchi de saber, ele não ficava puto e nem eu.”

O depoimento de outra jovem estudante nos revelou uma situação na qual a escola instrumentaliza a expressão cultural juvenil para alcançar seus objetivos escolares sem incorporá-la:

“Não sei quem falou pras professoras daqui que a gente gosta – todo mundo – de hip hop. Agora, tudo que acontece, a gente tem que dançar hip hop. (rsrsrs de todos) Não sei... Alguém aqui gosta de hip hop? Tá, você gosta, mas você dança? Aí, tá vendo... não dança. Mas agora, toda mão, a gente tem que dançar hip hop.”



A leitura que é possível fazer das falas dos jovens estudantes que entrevistamos é que “aula diferente” é a prática pensada como mediadora de recuperação da auto-estima, restabelecedora da confiança, do diálogo e do comprometimento dos diferentes sujeitos com o projeto político-pedagógico que colabore na construção de um olhar positivo sobre nossa juventude, sobre nossa escola, sobre nossa sociedade, enfim, de um “outro mundo possível”, de um novo olhar, de um “outro olhar”.

Analise Da Silva é doutora em Educação pela FaE/UFMG e professora da Rede Municipal de BH e da pós-graduação em Educação Básica para professores da PBH.
esilana@gmail.com

Notas

¹ Texto baseado na tese de doutoramento: “Significados atribuídos por jovens estudantes pobres às práticas pedagógicas denominadas inovadoras por seus professores”, aprovada na Faculdade de Educação da UFMG, em 2007, pautada em entrevistas com 48 jovens estudantes.



Admirável mundo novo

BETO CURY



Nas últimas décadas, ocorreram profundas transformações sociais, econômicas e culturais, que afetaram as rotinas produtivas e as relações sociais, comerciais e trabalhistas em todo o mundo. Esse novo contexto aumentou as desigualdades sociais e exigiu um novo olhar para enfrentar o quadro de exclusão. O progresso que a humanidade tem alcançado, neste curto espaço de tempo, e a rapidez com que surgem as inovações nos fazem pensar nesse admirável mundo novo, de conquistas e questionamentos.

A juventude é um tema recente na agenda política do Brasil e do mundo. Até a década de 90, o trato da temática juvenil se dava apenas pelo princípio do sane-

amento social, meramente reativo. No 1º Código de Menores, em 1927, a ênfase estava na criação de tribunais próprios para aqueles que ainda não tinham completado 18 anos, sem qualquer política pública específica para esse público de características tão singulares.

Pesquisadores, organismos internacionais, movimentos juvenis e gestores municipais e estaduais começaram, então, a enfatizar a necessidade de ações que trabalhassem as peculiaridades dessa faixa etária. O debate público e a mobilização social que ocorreram em torno do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – uma das mais avançadas leis existentes no mundo e que completou recentemente 17 anos



de existência – foram decisivos para a visibilidade dada aos direitos da infância e da adolescência e às políticas públicas destinadas a essa faixa etária. Ainda que essa perspectiva seja importante, se mostrou insuficiente para a elaboração e implementação de políticas públicas para a juventude.

Jamais, em tempo algum, nossa sociedade teve tantos jovens como agora. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), são 50,5 milhões de brasileiros com idade entre 15 e 29 anos. Desses, 21% têm de 15 a 17 anos, 48% estão entre 18 e 24 anos e 31% de 25 a 29 anos, o que nos guiou a ampliar a faixa etária das ações de juventude nesse segundo mandato do governo federal. A pesquisa ainda demonstra que 18% dos jovens entre 15 e 17 não frequentam a escola. Já entre 18 a 24 anos, 68% não vai à escola. Outro contingente de 87%, de 25 a 29 anos, não frequenta as salas de aula. Se somado àqueles que não concluíram o ensino fundamental e estão desocupados ou inativos, na faixa etária de 15 a 29 anos, teremos 4,5 milhões de jovens. Devido ao atual quadro demográfico, esse segmento significará, daqui a alguns anos, cerca de 40% da população entre 30 e 60 anos de idade. São jovens a caminho da maturidade e de se tornarem a principal força produtiva do país.

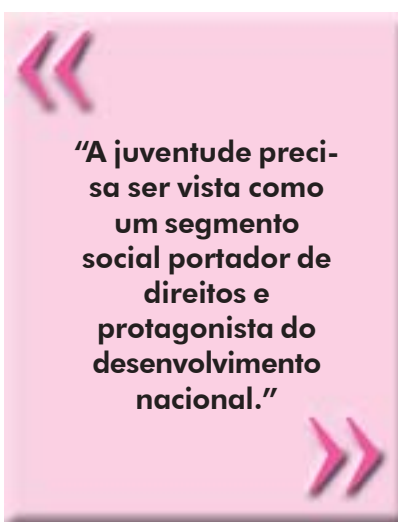
Nos últimos anos, grande parte desses jovens vem se adaptando aos paradigmas desse novo mundo, convivendo com os avanços tecnológicos e conquistando seu espaço, sua liberdade de escolha e sua própria identidade. Até recentemente, as políticas públicas incluíam as questões relacionadas à juventude por motivos emer-

genciais, já que os jovens são os mais atingidos pelas transformações no mundo do trabalho e pelas distintas formas de violência física e simbólica que caracterizam o século XXI.

A abordagem no universo juvenil não pode se ater apenas num caráter emergencial, cujo foco seja o jovem em situação de risco social. É preciso considerar as heterogeneidades da juventude, com características distintas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais. Este novo olhar não pode ser pautado por um modelo único, condicionando o jovem a uma atitude padronizada. A juventude precisa ser vista como um segmento social portador de direitos e protagonista do desenvolvimento nacional.

Esse novo tempo nos faz refletir sobre os caminhos da civilização, os perigos e vantagens que todas as mudanças trazem e como lidar com cada uma delas. O jovem precisa de espaço para colocar seus questionamentos e dúvidas, conflitos, desejos e ansiedades. As políticas públicas precisam se adaptar a essa primazia do conhecimento audiovisual, da convergência sistêmica das mídias, da educação à distância, do teletrabalho, do teleprocessamento, da autogestão e do empreendedorismo. As políticas públicas precisam ensinar o jovem a enfrentar essa realidade virtual que se coloca, sem perder os sonhos do imaginário, perseguindo os objetivos e superando obstáculos. Esse é o novíssimo desafio que devemos enfrentar: um mundo onde o homem, o jovem, seja senhor de sua própria história.

E é nesse admirável mundo novo que o jovem encontra sua individualidade e





passa a respeitar o coletivo, trabalhando com ele e em prol dele, por uma sociedade cada vez mais democrática e inclusiva. É preciso entender que, por sua natureza, a condição de vida dos jovens é transitória e sua posição social é precária. Eles seguem por dimensões simbólicas e temporárias, mais do que por metas físicas e planos objetivos; mais por emoções do que pela razão. Carregam consigo a marca da disposição, mentes abertas, corações empolgados. Logo, o conjunto de políticas a eles dedicado não deve encará-los como seres carentes, meros beneficiários de projetos e programas, mas como protagonistas, agentes estratégicos da construção social.

Há uma clara tendência mundial, reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Ibero-americana de Juventude (OIJ), da necessidade de prever nas políticas voltadas para a juventude um aumento da produtividade, garantindo oportunidades por meio do acesso à educação, à qualificação profissional e à cidadania. A parceria com estados e municípios e sociedade civil organi-

zada possibilita, em uma maior amplitude, utilizar as capacidades dos jovens e ofertar serviços que garantam a satisfação das necessidades básicas e condições necessárias para enfrentar todos os desafios. Nesse sentido, o governo federal elaborou uma parceria com a OIJ na formação de gestores e na troca de experiências com outros países que investem em políticas públicas de juventude.

Essa nova forma de considerar a juventude teve como marco importante a criação, em 2004, de um grupo interministerial composto por 19 ministérios para levantar os principais programas federais para esse segmento, além de realizar um diagnóstico da situação dos jovens brasileiros. A definição da Política Nacional de Juventude, em 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do lançamento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), foi resultado imediato desse trabalho. O momento revelou a prioridade do governo em estimular o desenvolvimento de novas ações e consolidar práticas para gerar oportunidades e asse-



gurar direitos aos jovens brasileiros.

A Secretaria Nacional de Juventude é resultado desse Grupo do Trabalho Interministerial e segue os nove desafios traçados pelo diagnóstico da juventude brasileira para nortear a consolidação da Política Nacional de Juventude. Entre eles, a ampliação do acesso ao ensino e a permanência em escolas de qualidade, a erradicação do analfabetismo, a preparação para o mundo do trabalho, a geração de trabalho e renda, a promoção de uma vida saudável, a democratização do acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação, a promoção dos direitos humanos e das políticas afirmativas, o estímulo da cidadania e da participação social e a melhoria da qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais.

Nesse sentido, o governo segue a linha de garantir oportunidades para que o jovem adquira capacidades, com acesso à qualificação profissional, à cidadania e à educação, oportunidades de utilizar essas capacidades, com o acesso ao mercado de trabalho, ao crédito, à renda, aos esportes, ao lazer, à cultura e à terra, e a garantia dos direitos, com a oferta de serviços que garantam a satisfação das necessidades básicas do jovem e as condições necessárias para aproveitar as oportunidades disponíveis.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de desemprego entre a população jovem, entre 15 e 24 anos, cresceu mais do que nas demais faixas etárias. Em 2005, a quantidade de jovens sem emprego era quase 107% superior à de 1995. No en-

tanto, dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), do Ministério do Trabalho, mostram que, entre 2003 e 2006, foram gerados 4.650.710 novos empregos. Desses, 4.072.402 foram para jovens até 24 anos.

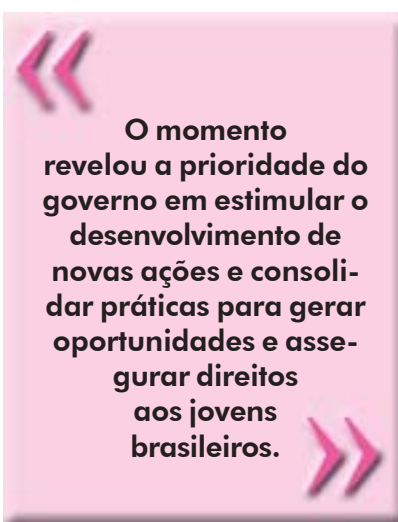
A questão do emprego juvenil é um dos desafios que enfrentaremos nesse segundo mandato. O ProJovem, por exemplo, vem cumprindo esse papel. Outros programas do governo federal, como o Consórcio de Juventude, Juventude Cidadã e Soldado Cidadão, também já estão

respondendo a esse desafio do desemprego juvenil. Os dados do Ministério do Trabalho demonstram a consolidação dessa nova cultura e refletem também uma tendência do mercado em absorver mão-de-obra mais jovem. Com a implementação do Pacote de Aceleração do Crescimento (PAC), a perspectiva é que a economia brasileira cresça em torno de 5% ao ano, o que será fundamen-

tal para que os investimentos em políticas públicas, focados em qualificação profissional e na elevação da escolaridade, sejam ampliados.

Em todos os níveis de governo, inúmeras ações beneficiam a juventude, direta e indiretamente. Há inegáveis avanços, por exemplo, nos campos da educação, do trabalho e da saúde, como a ampliação das oportunidades de escolarização, acesso aos níveis superiores, formação profissional e prevenção de doenças.

Desde 2005, o governo federal já investiu mais de 1 bilhão de reais nos 19 programas que envolvem a juventude, excluindo recursos do ProUni, que é executado por meio de renúncia fiscal. Entre as ações, executadas em todas as áreas de



**O momento
revelou a prioridade do
governo em estimular o
desenvolvimento de
novas ações e consoli-
dar práticas para gerar
oportunidades e asse-
gurar direitos
aos jovens
brasileiros.**

governo, estão o Agente Jovem, Bolsa-Atleta, Brasil Alfabetizado, Escola Aberta, Escola de Fábrica, Promed, Juventude e Meio Ambiente, Nossa Primeira Terra, Cultura Viva, Proeja, PNPE, ProJovem, PNLEM, Rondon, Pronaf Jovem, Saberes da Terra, Segundo Tempo e Soldado Cidadão.

Ao todo, são mais de 800 mil jovens em todo o país que participam de ações específicas, que reconhecem todos os aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais desse segmento. Em apenas dois anos, desde a implementação de uma Política Nacional de Juventude, o governo federal deu grandes passos para garantir o acesso à educação, à qualificação profissional e à cidadania.

A inclusão digital dos jovens também é essencial para a consolidação de uma Política Nacional de Juventude. Com programas específicos, como o Casa Brasil, e outras parcerias com empresas públicas, o governo federal incorporou em sua agenda política o conceito de uma nova sociedade da informação. Com um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, é preciso oferecer aos jovens não somente a elevação de escolaridade, mas cursos de formação e qualificação profissional que gerem oportunidades de acesso a essas novas tecnologias.

Os Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura, são um exemplo da democratização da cultura popular brasileira por meio da produção multimídia. O programa contribui para fortalecer a produção audiovisual e sua distribuição, o contato dos jovens entre as comunidades, além de estimular o protagonismo juvenil.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), que proporciona a mais

de 170 mil jovens a elevação de escolaridade, o aprendizado de uma nova profissão e o desenvolvimento de ações comunitárias, também trabalha em uma das suas unidades formativas a comunicação na vida do jovem em um contexto contemporâneo. A qualificação profissional do programa também prevê, entre os 23 arcos profissionais oferecidos, o aprendizado em áreas como *Arte e Cultura*, com ocupação em operador de câmera e vídeo, ou *Telemática*, optando por operador de microcomputador, helpdesk ou telemarketing.

Um estudo apontado pelo Sistema de Avaliação do ProJovem, em parceria com universidades federais, mostrou que, a

cada ano, menos jovens chegam aos 18 anos sem o ensino fundamental. No entanto, os excluídos não conseguem se inserir sem a ajuda de políticas específicas. Apenas 20% dos jovens atendidos no programa nunca trabalharam e a maioria (53%) começou a trabalhar antes dos 18 anos. A formação profissional também era muito precária antes do ingresso no ProJovem: 83% não fizeram qualquer curso de qualificação, o que demonstra a necessidade das políticas em unir o binômio educação e qualificação, garantindo melhores condições desse jovem disputar vagas de emprego.

Com apoio de gestores estaduais, municipais e sociedade civil, está sendo possível mudar essa realidade e elevar a escolaridade e incentivar a volta dos jovens ao ambiente escolar. O governo federal ainda ampliou os investimentos em políticas universais como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que assegura financiamen-

No segundo mandato do Governo Lula, essas políticas de juventude serão integradas e ampliadas, sob a ótica da educação, trabalho e desenvolvimento humano...



to para o ensino infantil e para o ensino médio, o que beneficia os jovens.

Para resgatarmos essa dívida do Estado com os jovens brasileiros, é preciso ter espaços institucionais de juventude, secretarias ou assessorias responsáveis pela articulação de programas nas diversas esferas de governo. A constituição de espaços de diálogo entre a sociedade civil e o governo, como Conselhos de Juventude, cumprem também um papel fundamental para a consolidação do tema como uma política de Estado.

O Conselho Nacional de Juventude, criado em fevereiro de 2005, tem o objetivo de assessorar a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) da Secretaria-Geral da Presidência da República na formulação de diretrizes da ação governamental, promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e assegurar que a Política Nacional de Juventude do governo federal seja conduzida por meio do re-

conhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã.

O Conjuve é formado por representantes do poder público e da sociedade. A sociedade civil é representada por dois terços dos membros do Conselho e participa, por meio de entidades, movimentos e redes de jovens, de organizações não-governamentais que trabalham com os mais diversos segmentos juvenis e de especialistas na temática da juventude. Também integram o Conselho os Ministérios que desenvolvem programas e ações voltados para a juventude, representantes do Fórum de Gestores Estaduais e da Frente Parlamentar de Políticas Públicas de Juventude e das entidades municipalistas. A constituição do Conselho transforma em política de Estado a questão da juventude e revela um consistente pacto pelos direitos dos jovens.

No segundo mandato do Governo Lula, essas políticas de juventude serão in-



tegradas e ampliadas, sob a ótica da educação, trabalho e desenvolvimento humano, beneficiando milhões de jovens. Em breve, o presidente Lula lançará um grande programa unificado para a juventude a partir da experiência acumulada nas diferentes ações desenvolvidas atualmente em vários ministérios. Esse novo programa deverá articular os programas de juventude em função da diversidade da população jovem, promovendo o seu protagonismo e sua emancipação, por meio de ações sucessivas e complementares, de modo a permitir múltiplas entradas e saídas de acordo com o perfil dos jovens e as oportunidades a eles oferecidas.

Todas essas ações do novo programa devem integrar educação, trabalho e desenvolvimento humano, abordando aspectos como elevação de escolaridade, qualificação social e profissional e inserção cidadã no mundo do trabalho, bem como acesso aos direitos humanos, à cidadania, ao esporte, à cultura, ao lazer e à saúde. Nessa linha, iremos ampliar a faixa etária de atendimento para 15 a 29 anos, dando uma oportunidade de continuidade ao jovem, da alfabetização e conclusão de seus estudos ao ensino de uma profissão e ingresso em escolas técnicas e até mesmo no ProUni.

Com a expectativa de atender mais de 4,5 milhões de jovens até 2010, por meio dessas ações integradas, o governo federal espera reinserir aqueles que estão fora do ensino formal e proporcionar uma formação técnica geral para jovens entre 15 e 17 anos, com cursos de duração de 24 meses, que esteja de acordo com a realidade do jovem, e também aqueles de 18 a 29 anos, com uma ofensiva na qualificação profissional. A gestão será compartilhada nos três níveis de governo e, no âmbito federal, com atribuições entre os mi-

nistérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Trabalho e Emprego, Esporte, Cultura e Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Outra questão importante é a aprovação do Plano Nacional de Juventude pelo Congresso Nacional, que estabelece um conjunto de metas para os próximos dez anos para assegurar, também nos âmbitos municipais e estaduais, direitos aos jovens. A juventude, além de estar pautada de forma permanente na agenda pública, conquistou papel relevante como um dos eixos de diversas medidas que serão lançadas em breve pelo presidente Lula para acelerar a inclusão social no país. Essa é a lógica e o olhar que incentivam, motivam e orientam a Secretaria Nacional de Juventude a pensar o jovem como protagonista do desenvolvimento nacional. Afinal, apostar na juventude é investir no Brasil.

Beto Cury é
secretário nacional
de Juventude



Violência na televisão: a juventude colonizada

CAMILA SILVA NICÁCIO



As discussões acerca da inclusão de jovens em situação de risco no Brasil giram em torno, normalmente, de questões como o acesso a direitos fundamentais, entendidos corriqueira e restritivamente como educação, saúde, moradia, trabalho, dentre outros. Pesquisa realizada pela representação da UNESCO no país corrobora tal assertiva e, para além, aponta uma dupla constatação:

“No Brasil, não existe uma tradição de políticas públicas destinadas especificamente aos jovens. Os programas para a juventude são geralmente incorporados e atrelados àqueles voltados às crianças. Além disso, eles centram-se, sobretudo, nas classes populares e partem de uma visão de que o jovem pertence a um grupo em

‘situação de risco’. (...) Os programas são voltados ao atendimento do adolescente em ‘situação de risco’ ou, em alguns casos, aos jovens considerados infratores”.¹

Ou seja, a temática da inclusão vem à baila identificada diretamente com a marginalização causada por um contexto socioeconômico iníquo, em que o jovem é, no mais das vezes, também negro, também pobre e, finalmente, infrator. É evocada, pois, para fazer frente a esse quadro, a efetivação de direitos, tais como os que enunciamos de partida. E não poderia ser diferente.

De fato, em um contexto social como o brasileiro — em que se apresenta uma taxa de pobreza/indigência acima de 40%² — marcado, portanto, por constrangimen-



tos e necessidades básicas de toda ordem, ampliar a discussão para além dos limites em que os direitos fundamentais são normalmente concebidos pode parecer supérfluo ou mesmo perverso.

Outras perspectivas restam menos exploradas e não menos relevantes, contudo.

Nesse sentido, pretende-se, neste artigo, suscitar a reflexão acerca do papel da mídia, sobretudo da televisão, na percepção e reprodução da violência por parte dos jovens e adolescentes, inscrevendo tal reflexão no marco da criação e defesa de novos direitos, como o de acesso a uma estrutura midiática inclusiva, responsável e comprometida com interesses comuns.

Cumprido primeiro justificar a opção por esse recorte: a televisão está em toda parte e, democraticamente, atinge o sul e o norte, a periferia e o centro e, para dar seqüência à metáfora, os incluídos e os excluídos. Como uma nova invasão bárbara, ela se encontra onipresente, conforme níveis diferenciados de permeabilidade e vulnerabilidade, mas como fator não negligenciável na colonização de desejos, imaginários, projetos de vida, tendências e estruturas de valores e importâncias.

A UNESCO, a partir de um estudo que

visou investigar os impactos da violência nos meios de comunicação de massa, realizado com 5.000 mil estudantes de 23 países, cujas culturas societárias são eminentemente diversas — como, por exemplo, as do Canadá, Tadjiquistão ou Ilhas Fiji — aponta que:

“Um total de 93% das crianças incluídas neste estudo tem acesso a um aparelho de televisão. A abrangência corresponde a 99% no hemisfério norte e 83% na África, permanecendo neste intervalo as cifras da América Latina e da Ásia. Nas áreas em que foram feitos os levantamentos, a tela de TV já se tornou um meio de comunicação universal. Para as crianças em idade escolar, ela é a força mais poderosa de transmissão de informação e divertimento. Nem mesmo o rádio ou os livros têm o mesmo espectro de distribuição global”.³

O mesmo estudo indica que os estudantes passam, em média, três horas em frente ao aparelho de televisão, dedicando a esse meio de comunicação 50% a mais do tempo do que a outras atividades não-escolares, como convívio familiar, amigos ou leituras. E arremata:

“Dessa forma, a televisão tornou-se fator primordial de socialização e domi-



na a vida de estudantes das regiões urbanas e das áreas rurais eletrificadas de todo o mundo”.⁴

Parece-nos claro que a “demonização” pura e simples do meio de comunicação, descomprometida de uma postura crítica e abrangente, não é, em hipótese alguma, produtiva ou justa. Levadas em conta as emissoras em geral, destacam-se algumas programações televisivas sabidamente engajadas no propósito de construir espaços e diretrizes comuns de sociabilidade e integração. Por outro lado, uma observação mais atenta do panorama das programações vai evidenciar um processo contínuo e implacável de massificação cultural, em que se observam a idiotização de adultos, jovens e crianças.

Não nos parece, pois, oportuno silenciar a esse respeito, vez que os dados são inequívocos: se a televisão representa fator primordial de socialização, constituindo-se “*agência social, que não a família, que influencia no desenvolvimento social, cognitivo e emocional da criança e do adolescente*”,⁵ resta primária a conclusão de que deve, então, comprometer-se com uma abordagem ética das temáticas trabalhadas, atenta igualmente ao imperativo de equilibrar a unidade das programações e a pluralidade dos universos de telespectadores.

Um exemplo singelo serve-nos para problematizar esse impasse, esse alarme: 88% dos 5.000 estudantes entrevistados na pesquisa acima mencionada conhecem a figura mítica e já lendária do “Exterminador”, interpretada pelo ator Arnold Schwarzenegger. Desses 88%, dentre meninas e meninos, negros e brancos, pobres e abastados, 55% desejam ser como

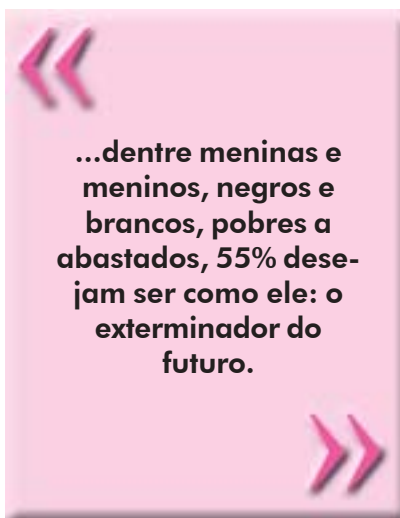
ele: o exterminador do futuro.⁶

Ora, tem-se evidente que as visões de mundo dos jovens são forjadas e influenciadas tanto pelo real, vivido cotidianamente, quanto pelo virtual, trazido pelos meios de comunicação. Daí não ser adequado responsabilizar, unicamente, a TV pelo cenário de violência generalizada observado em alguns países, dentre os quais, o Brasil. O argumento é de que a TV contribui definitivamente para a banalização desse estado de violência, fazendo-a parecer natural, dado incorporado na estrutura física e fisiológica de cidades e regiões – tudo o que se deveria evitar.

Antes mesmo da publicação do estudo a que nos referimos, estudiosos da área, dentre educadores e psicólogos, apontavam para o fato de que a violência é facilmente

assimilada por jovens por trazer implícita ou explicitamente componentes de escapismo e de compensação. Ou seja, a violência compensaria, por um lado, as carências e frustrações vividas por aqueles vindos de áreas problemáticas ou mais violentas; e por outro, proporcionaria doses extras de emoção aos jovens de áreas mais tranquilas ou menos violentas.⁷

Somada a esse argumento, desponta a verificação de que práticas violentas, tal como as exibidas à exaustão pelas TVs, seja em telenovelas, filmes, noticiários, programas de auditório etc., não são necessariamente reprovadas socialmente: isto é, vale a velha máxima de que “o crime compensa”. A violência é, não raro, associada a posturas positivas, tais como as do personagem que, ainda que eticamente reprovável, “cresce na vida” ou “tira proveito” — imortalizadas pela imbecilidade



tupiniquim na expressão “jeitinho brasileiro”, também repetida à exaustão...

Além disso, estudos longitudinais sugerem que a conexão entre a TV e a agressividade é recíproca: assistir a programas violentos aumenta a tendência agressiva, que estimula o interesse por programas violentos, que, por sua vez, promove maior agressividade.⁸

Em face desse estado de coisas e do dado de que, a cada uma hora, de cinco a dez cenas de violência são exibidas pelas emissoras brasileiras e estrangeiras⁹, pode-se dizer que uma ordem global cada vez mais violenta e agressiva se anuncia e quer se impor. A manchete no jornal nos remete palidamente a um desfecho reticente e melancólico: “Por hora, sete jovens entram nas prisões do país”.¹⁰

Um paradoxo e um desafio se afiguram explícitos na esteira dessa reflexão.

O paradoxo: nunca, como hoje, falou-se tanto em comunicação. E mais, na democratização da comunicação e, com ela, da informação. O desenvolvimento tecnológico teria, então, por meio da internet, da televisão digital etc., criado condições ideais para “aproximar”, sejam culturas, línguas, países ou pessoas diferentes. No entanto, igualmente, nunca se observou um grau tão significativo de fobia do homem diante do homem; tamanho medo do diálogo e do reconhecimento em relações de alteridades.¹¹ Daí a necessidade de um número cada vez maior de intermediários, que, chamados não raro “mediadores”, pululam daqui e dali, travestidos em alternativas como *Orkut*, *Second Life*, *MSN*, para citar apenas três – remédios simples que aproximam sem to-

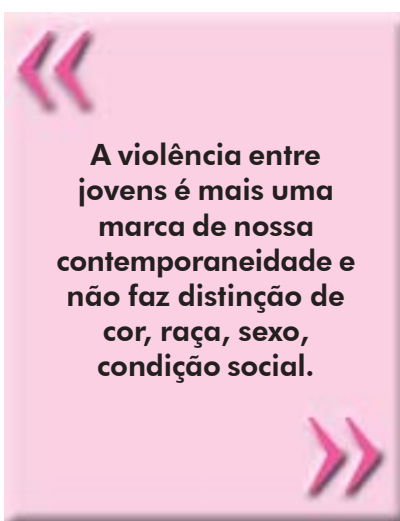
car; que mostram sem expor; que constroem pontes de vento. Comunicação ruidosa: a inclusão e a ilusão digital.

O desafio: pesquisa aponta que os pais, ao analisar o papel da escola na educação dos filhos, mostram-se descontentes em relação à formação para o exercício da cidadania, de valores cívicos e afetivos.¹² Por outro lado, a mesma pesquisa demonstra que, dentre as causas apontadas por profissionais da educação para o comportamento mais violento dos

jovens de hoje em dia, destaca-se, em segundo lugar, com 28,6%, “a influência dos meios de comunicação”, perdendo apenas para o fator “desestruturação das famílias/ausência dos pais” (29,2%). Além de um triunfante e nada surpreendente terceiro lugar para “a falta de limites/excesso de liberdade”, com 26,2%.¹³ Ou seja, entre pais e educadores, algo parece ecoar de um discurso a outro, contemplando-se, complementando-se — ainda que se façam ouvidos moucos de lado a lado.

No momento atual, em que se discute a adequabilidade e mesmo a constitucionalidade de uma “Classificação Indicativa” para os setores midiáticos nacionais, um diálogo aberto e abrangente poderá comprometer diversos setores sociais em torno de interesses e valores comuns, a partir de um exercício crítico e democrático de cidadania.

Inaugurá-lo, tal diálogo, pode parecer, a princípio, tarefa hercúlea se levados em conta o passivo de liberdade histórico e o ressentimento quase intransponível deixado pelo regime militar, em que discutir sobre limites e parâmetros para a proteção da infância e adolescência ganha



inexoravelmente contornos de “*censura prévia*”, segundo um discurso perversa e cinicamente alinhavado pelos setores da comunicação de massa (com destaque para as redes de televisão) — interessados, evidentemente, em cifras, audiências, monopólio de informações, controle social de padrões de comportamento etc.

Como dissemos, pensar a inclusão de jovens, a partir do ponto de partida adotado, carece, em primeiro plano, abandonar a perspectiva da “situação de risco” em que eventualmente se encontram. A violência entre jovens é mais uma marca de nossa contemporaneidade e não faz distinção de cor, raça, sexo, condição social. Pode, sim, potencializada pela exposição midiática, representar elemento catalisador de exclusão dos já excluídos e exclusão dos até então incluídos, em seus condomínios de luxo e faculdades privadas. Episódios como o do índio pataxó queimado em Brasília; do assassinato em série no cinema de São Paulo ou do espancamento da doméstica no Rio de Janeiro são alertas para uma mudança premente de perspectiva e análise.

Nessa seqüência, refletir sobre a efetivação de direitos passa necessariamente pelo reconhecimento de *novos atores de direitos* e, sobretudo, pelo reconhecimento de *novos direitos*, em que não ser diuturnamente bombardeado pelas emisoras de televisão deixa de ser artigo de “perfumaria” e se torna condição *sine qua non* para uma democracia que se pretende consolidada.

Camila Silva Nicácio é coordenadora dos Núcleos de Mediação e Cidadania do Programa Pólos de Cidadania da Faculdade de Direito da UFMG

Notas

1 WAISELFISZ, Júlio J. (Coord.). *Juventude, violência, cidadania: os jovens de Brasília*. UNESCO, 1997, pg. 134.

2 GUSTIN, Miracy B. S. *Resgate dos direitos humanos em situações adversas de países periféricos*. In: www.elocidadania.org.br/textos/miracy, acessado em 11 de julho de 2007.

3 GROEBEL, J. *Percepção dos jovens sobre a violência nos meios de comunicação*. Brasília, UNESCO, 1998, pg.7.

4 Idem, pg. 9.

5 SHAFFER, David R. *Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência*. Capítulo 16 - Influências Extra-familiares – Televisão, Escola e Pares. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2005.

6 Idem, pg. 8

7 Idem, pg. 9.

8 SHAFFER, David R. *Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência*. Capítulo 16- Influências Extra-familiares – Televisão, Escola e Pares. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2005.

9 Idem, pg. 9.

10 Folha de São Paulo – Caderno ‘Cotidiano’, Segunda-feira, 9 de julho, C1, capa.

11 SIX, Jean-François. *Le temps des médiateurs*. Paris, Seuil, 1990, pg. 248.

12 WAISELFISZ, Júlio J. (Coord.). *Juventude, violência, cidadania: os jovens de Brasília*. UNESCO, 1997, pg. 54.

13 Idem, pg. 54.

Juventude, sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos

CRISTIANE S. CABRAL



Muitas das representações correntes sobre adolescência e juventude carregam estereótipos como “fase problemática da vida”, “existência de uma personalidade específica”, cuja leitura principal é a noção de “crise”. Essa caracterização guarda contribuições científicas do início do século XX, tal como da psicologia e da psicanálise, que difundem uma ótica essencialista a partir de aspectos universais e atemporais, calcada em termos de marcas biológicas, hormonais e psicológicas. Estudos de caráter mais socioantropológico têm privilegiado o conceito de “subcultura juvenil” que no âmbito da sociologia urbana, se apóia em conceitos de marginalidade social e de desvio como potencialmente

característicos da conduta juvenil. Nessa perspectiva, pressupõe-se um padrão típico de comportamento em oposição às gerações anteriores, que se constitui em um referencial fortemente presente no imaginário coletivo contemporâneo.

Pode-se falar ainda de adolescência e juventude segundo uma concepção etapista, ou seja, definindo-a em termos de marcos etários. Afirma-se que adolescência é o período compreendido entre os 10 e os 19 anos, tal como posto pela Organização Mundial da Saúde (OMS), por exemplo. Já a Política Nacional de Juventude considera jovem todo aquele com idade entre 15 e 29 anos. Assim, de um ponto de vista geracional, juventude é tomada como



um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada fase da vida em que uma geração é definida em termos etários.

Entretanto, outra abordagem é possível: me refiro aqui à concepção social sobre as idades da vida. Uma larga tradição de estudos já se dedicou a demonstrar o carácter de invenção da infância (Ariès, 1978); estudos mais recentes têm apontado a criação de uma nova concepção de velhice, por exemplo. Nessa perspectiva, adolescência e juventude são noções historicamente datadas e guardam, hoje em dia, resquícios das formulações construídas ao longo dos séculos XIX e XX. Além disso, os marcos etários que delimitam as fronteiras entre as fases do ciclo de vida ou categorias de idade são móveis e vari-

am ao sabor de novas concepções sociais acerca do humano e das relações intergeracionais. Essa suposição de uma concepção de divisão arbitrária entre as idades permite uma ordenação no mundo social por meio da construção de categorias tais como infância, juventude, adultez e velhice.

Portanto, pode-se falar em adolescência e juventude como categorias socialmente construídas, que abrigam não apenas similaridades mas também diferenças sociais entre os jovens, pois guardam especificidades em termos de classe, gênero, raça/etnia.

A concepção de juventude enquanto diversidade permite que se dê ênfase em processos e demarcadores subjacentes dessa fase da vida. Trabalhos recentes enfatizam o processo social de passagem ou entrada na vida adulta, caracterizada, grosso modo, por quatro marcos: o término dos

estudos, o início da vida profissional, a saída da casa dos pais e o início da vida conjugal (Galland, 1997). Esses eventos são vividos de modos distintos, configurando diversas formas possíveis de passagem à vida adulta, tendo em vista o acentuado contexto de desigualdades sociais e regionais presentes em nosso país. Em outras palavras, há diversas juventudes assim como são muitas e heterogêneas as possibilidades de vivenciá-las.

Ressalta-se que a idéia de processo e de passagem à vida adulta não implica a adoção de uma perspectiva adultocêntrica. O foco incide nas transições que conformam um ciclo de vida, compostas por um conjunto de pequenas e sucessivas experiências de primeira vez que modulam a socialização do jovem, tal como o primeiro namoro, a

primeira relação sexual, o primeiro trabalho, a primeira gravidez. Assim, uma dessas transições é a passagem à sexualidade com parceiro.

Alguns autores defendem a perspectiva de um processo de aprendizado, lento e gradual, sobre as formas de interação que se dá entre os parceiros, sobre o início e o estabelecimento de um relacionamento afetivo e sexual (Azevedo, 1981; Bozon, 2004; Giami, Schiltz, 2004; Heilborn et al., 2006). Nesse sentido, a sexualidade com parceiro depende de uma contínua decifração de códigos de conduta, gestos, leitura das intenções dos envolvidos e de um processo de negociação em torno dos significados (Berger; Kellner, 1970; Gagnon; Simon, [1973] 2005). Essa perspectiva é devedora do pressuposto de que há um processo em termos de aprendizado da sexualidade, a qual se antepõe às noções da sexua-

«
... adolescência e
juventude são no-
ções historicamente
datadas e guardam,
hoje em dia, resquí-
cios das formulações
construídas ao lon-
gos dos séculos
XIX e XX.
»



lidade enquanto inata ou natural, derivada de instinto ou pulsão. Contudo, esse caráter de aprendizado não é retido pela consciência; ele é, de tal forma, interiorizado, que determinadas atitudes são interpretadas como espontâneas. O jargão “a gente já nasce sabendo” é um exemplo. Mas se falamos de aprendizado da sexualidade, é porque podemos falar então de preparação para a vida sexual. Voltarei a esse ponto adiante.

A sexualidade juvenil se dá em um contexto marcado por um complexo e intrincado processo de mudanças e permanências em relação a determinados elementos dos costumes sexuais no Brasil. Detidamente analisado na Pesquisa Gravada (“Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil”)¹, os marcos da iniciação sexual ressaltam algumas mudanças que vêm se processando nas esferas convenções da sexualidade em nossa sociedade (Heilborn et al., 2006). Contudo, depreende-se dos resultados que determinadas concepções resistem às recentes mudanças, seja no plano dos valores seja no das condutas.

Podemos identificar a temporalidade da sexualização do namoro e de outras formas de relacionamento juvenis como uma das recentes modificações nos costumes sexuais na sociedade brasileira. Por exemplo, o exercício de relações sexuais no namoro tornou-se uma questão para rapazes e moças. Ele não é mais uma etapa preparatória para a conjugalidade, mas uma etapa de experimentação afetiva e sexual para os jovens de ambos os sexos. A iniciação sexual masculina não se pro-

cessa mais com prostitutas, e sim com parceiras estáveis. No caso das moças, passou a ser aceitável o fato de que elas iniciem sua vida sexual antes do casamento, o que se expressa, por exemplo, na queda da idade média da iniciação sexual feminina ao passo que a dos homens se manteve relativamente estável (Bozon, 2003). A iniciação sexual feminina integra-se a um processo de construção de um primeiro relacionamento estável, aspecto que revela, entretanto, a persistência de uma categori-

zação tradicional sobre o gênero feminino, traduzido pela expectativa de construção de um vínculo conjugal. Esse cenário torna-se campo fértil para a ocorrência da reprodução precoce na medida em que tais alterações não vieram acompanhadas de ações significativas em termos de políticas contraceptivas dirigidas aos jovens; estas permanecem sendo maciçamente precon-

zadas para mulheres com vida conjugal. A sexualidade juvenil e a reprodução precoce não podem ser examinadas fora do campo de discussões acerca dos intrincáveis vínculos existentes entre sexualidade e gênero, os quais se modulam em determinados contextos sociohistóricos específicos. Há uma vasta literatura socioantropológica que salienta a forte demarcação de gênero que permanece na cultura sexual brasileira (Heilborn, 1993; Leal, Boff, 1996; Duarte, 1986 e 1987; Fonseca, 2000). Essa delimitação de esferas reservaria atitudes e qualidades para cada um dos sexos de modo distinto. Assim, masculinidade e atividade estão intimamente associadas, em contraposição à feminilidade e passividade (Parker, 1991). Os rapazes estariam submetidos a uma forte pres-

«
A iniciação sexual feminina integra-se a um processo de construção de um primeiro relacionamento estável (...), pela expectativa de construção de um vínculo conjugal.
»



são social para que se iniciem sexualmente, e com pessoas do sexo oposto, o que garantiria sua heterossexualidade – e aqui estou me referindo a uma sociedade fortemente marcada pela heteronormatividade. Essa tensão pode ser exemplificada pelo resultado encontrado na Pesquisa Gravada em termos de uma não-diferenciação da idade mediana da iniciação sexual masculina segundo variáveis sociodemográficas estudadas (16,2 anos).

Há também uma vigilância sobre as mulheres no sentido de demonstrarem um jeito passivo e ingênuo em torno do exercício sexual, embora haja mudanças em curso. Essa expectativa sobre o gênero feminino traz implicações para a esfera contraceptiva: ela configura-se como um dos obstáculos existentes para o uso consistente dos métodos contraceptivos pois, embora a expectativa de proteção esteja associada à mulher, esta deve parecer estar “despreparada” tanto ao iniciar sua vida sexual

quanto a cada novo relacionamento. Assim, estar usando algum método nessas situações poderia significar o planejamento de um intercurso sexual, o que não corresponde ao imaginário da mulher ingênua e inexperiente (Luker, 1996). Paradoxalmente, espera-se hoje em dia que a adolescente tenha relações sexuais pré-maritais (Bajos et al., 2002; Heilborn et al., 2006). Em outras palavras, ainda que a perda da virgindade não constitua mais uma condição passível de estigmatização das mulheres, permanece certa exigência de virgindade moral, sob a forma de um jeito passivo e ingênuo em torno do exercício sexual, o que traz implicações para a abordagem de questões de sexualidade ou de contracepção com parceiro, por exemplo.

O recente elo entre juventude e reprodução tem sido estimulado pelo acalorado debate sobre “gravidez precoce” no Brasil. A expressão “gravidez na adolescên-



cia” abriga uma faixa etária que foi, durante muito tempo, considerada uma idade ideal para a mulher ter filhos. Entretanto, na atualidade, quando se fala em “gravidez na adolescência” (GA), o evento é qualificado como “precoce”. Assim, a gravidez precoce sobressai particularmente no quadro geral de redução da fecundidade e ganha visibilidade pela maior proporção de gestações e nascimentos na juventude fora de união. Além disso, há novas expectativas sociais em relação à juventude, que, associadas ao aumento das taxas de escolarização e de sua duração, contribuem para a produção desse tipo de representação. Nesse contexto, a gravidez ou experiência de maternidade ou paternidade na juventude passa a ser vista como um acontecimento que perturba o desenvolvimento ideal do jovem nessa etapa da vida.

Os discursos sobre GA ignoram a mudança dos costumes sexuais no Brasil. A sexualidade feminina pré-conjugal passou a ser mais aceita socialmente e a experimentação sexual, amplamente permitida (e mesmo incentivada) aos rapazes, até algumas décadas atrás, com parceiras específicas, geralmente consideradas desviantes, passou a ser exercida com moças em contexto de namoro. Entretanto, essas interações se desenrolam em um contexto qualificado como espontaneísta e pouco reflexivo acerca do exercício da sexualidade, traço atribuído a certas convenções da sexualidade características de nossa sociedade (Heilborn et al., 2006). Esse cenário reforça os estereótipos de gênero e dificulta a adoção de medidas de prevenção contra a gravidez não prevista e as DSTs/Aids pelos jovens.

Por exemplo, em nosso estudo (Pesquisa Gravad), cujo foco é o processo de aprendizado da sexualidade, foram feitas perguntas que possibilitassem a discussão

sobre o grau de preparo dos jovens para a primeira relação sexual. Foram propostas questões sobre ter havido ou não conversa com o parceiro antes da primeira relação sexual, sobre as formas de evitar uma gravidez, bem como a forma de proteção ou o método contraceptivo utilizado na primeira vez.

Embora proporções equivalentes de homens e de mulheres (70%) tenham declarado a utilização de alguma forma de contracepção ou de proteção durante o primeiro intercurso sexual (o preservativo foi o método mais citado), há níveis diferenciados de proteção dos jovens segundo características biográficas e sociais: por exemplo, 60% entre homens e mulheres cujas mães não estudaram (ou cuja família tem renda muito baixa) em contraposição a mais de 80% entre os jovens cujas mães têm nível superior de instrução (ou cuja família tem um nível elevado de renda) fizeram uso de algum método na primeira relação sexual. O percentual dos que conversaram com parceiro(a) sobre as maneiras de evitar uma gravidez, antes da primeira relação, foi maior entre as mulheres (62%) que entre os homens 41% dos homens, diferença que parece indicar que os homens têm interesse menor que o das mulheres em conversar com sua parceira sobre as conseqüências do ato sexual. Observou-se ainda que a tomada efetiva de precaução no momento da primeira vez não se prolonga nas relações sexuais subsequentes. Alguns trabalhos têm demonstrado que tão logo o relacionamento ganhe um relativo grau de estabilidade, nomeado pelos jovens como “confiança”, ocorre o abandono do preservativo, sem que haja a incorporação necessária de outro método contraceptivo (Cabral, 2003; Marinho, 2006).

Ainda citando a pesquisa, o não-uso



de contraceptivo na primeira relação (31%) foi justificado de forma majoritária pelos jovens com o argumento de que “nem pensaram nisso”, resposta que é homóloga à enunciada em relação à expectativa em torno da primeira relação sexual, a saber, a de que “não pensavam muito sobre esse assunto”. Ambas justificativas se caracterizam por um tom “espontaneísta”, que parece ser o “adequado” para se falar sobre sexualidade. Essa representação espontaneísta da sexualidade se articula com o sistema de gênero, que designa papéis bastante específicos (tradicionais) para cada um dos sexos. Esse cenário pode ensejar uma fraca preparação para a vida sexual em termos de planejamento contraceptivo (Heilborn et al., 2006).

Argumento, portanto, que a socialização à sexualidade vem acompanhada por uma socialização contraceptiva. Todavia, questões de gênero atuam sinergicamente nesse cenário uma vez que a preocupação com a contracepção e a responsabilidade sobre esta têm reiteradamente caído sobre as mulheres (pelo menos nos últimos 40 anos com o advento do anticoncepcional oral). Assim, as consequências dos atos sexuais em termos de reprodução e seu controle fazem parte de um cenário cultural em que tais questões seriam inerentemente assunto das mulheres (Arihla, 1998), deixando excluídos os homens (Garcia, 1998). Mais ainda, ressalto que a dimensão da contracepção, e certamente isso não é exclusivo dos jovens, coloca questões que vão muito além da problemática sobre acesso e uso de métodos contraceptivos.

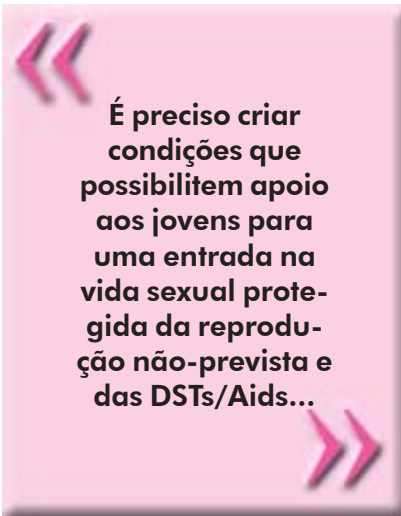
Contudo, o debate sobre reprodução e planejamento familiar freqüentemente

coloca em cena os elementos sobre conhecimento e difusão dos métodos contraceptivos, bem como responsabilização feminina pela reprodução. É comum ouvir a argumentação de que “engravidou porque quis”, pois “hoje em dia todos sabem dos métodos para evitar filhos”, o que joga as mulheres que engravidam, sobretudo as adolescentes e/ou as mais pobres, na posição de grandes responsáveis da reprodução.

Todos os embates em torno da gravidez na adolescência, bem como acerca das taxas de fecundidade entre as mulheres mais pobres e/ou menos escolarizadas, são exemplos de “problemas” que freqüentemente estão na pauta dos discursos políticos que reclamam por programas de planejamento familiar que possam “controlar” a fecun-

didade desses grupos. Não é incomum ver em tais discursos a responsabilização do tamanho das famílias pelos altos índices de pobreza existentes no país. Contudo, a boa difusão quanto a informação sobre o uso correto dos métodos contraceptivos bem como o acesso aos mesmos não garantem a “eficácia prática” (Bajos et al., 2002) dos métodos. Essa argumentação rejeita a ótica de uma responsabilização individual e enfatiza que o comportamento contraceptivo adotado está vinculado a outras lógicas que remetem para além dos usos e desusos dos métodos, tais como o contexto da relação em que se está engajado, o tipo de parceria, a possibilidade de negociação no âmbito dos relacionamentos afetivo-sexuais etc.

Enfim, há novas concepções acerca da juventude. Espera-se que essa etapa da vida seja um tempo dedicado aos estudos



É preciso criar condições que possibilitem apoio aos jovens para uma entrada na vida sexual protegida da reprodução não-prevista e das DSTs/Aids...

e não comprometida com a reprodução. Contudo, com as mudanças dos valores sociais, o exercício da sexualidade adolescente e juvenil também sofreu importantes transformações. A sexualidade feminina é a novidade nesse cenário. Hoje em dia é aceitável que as mulheres iniciem sua vida sexual antes do casamento, mas diversos estudos apontam que ainda vigora a necessidade de certa virgindade moral para elas. Esse cenário abriga a representação de que as práticas sexuais juvenis são mais corriqueiras, porém menos preparadas do ponto de vista das possíveis conseqüências que uma vida sexual ativa pode ensejar, entre elas a reprodução precoce (Heilborn, Cabral, 2006).

A promoção de discussões sobre gênero e sexualidade, nesse cenário que abriga mudanças e permanências nos costumes sexuais, torna-se necessário e salutar. É uma postura que respeita os direitos sexuais dos jovens e propicia o distanciamento crítico de concepções controlistas que vão na contramão das tendências observadas em países ocidentais. É preciso criar condições que possibilitem apoio aos jovens para uma entrada na vida sexual protegida da reprodução não-prevista e das DSTs/Aids, o que transcende a oferta e acesso a informações técnicas e a métodos anticonceptivos.

O não-reconhecimento social da sexualidade juvenil tem efeitos sobre o grau de proteção contraceptiva que os jovens estabelecem; assim, a assunção da sexualidade juvenil como legítima para os dois sexos, bem como um debate aberto sobre as recentes transformações, poderiam concorrer para a constituição de um cenário que propicie melhor preparação e reflexão dos jovens a respeito da entrada na vida sexual. Em outras palavras, argumentar a favor da legitimidade do exercício da sexualidade na juventude implica reconhecer e dar importância a essa dimensão como constitutiva da construção da autonomia dos jovens. Essa perspectiva se alinha inteiramente à concepção da juventude como uma fase de aquisição crescente de habilidades em diferentes esferas sociais, dentre elas a da sexualidade.

Cristiane S. Cabral é pesquisadora do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ) e doutoranda em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ).



Notas

1 Trata-se de um estudo sobre juventude e comportamento sexual, constituído por duas etapas: uma inicial, qualitativa, com realização de 123 entrevistas individuais e outra, quantitativa, com execução de um inquérito domiciliar, com amostra domiciliar probabilística estratificada em três estágios, com jovens de 18 a 24 anos (n 4634), de ambos os sexos e moradores de Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. O estudo foi realizado por três centros de pesquisa: Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde do IMS/UERJ, Programa de Estudos em Gênero e Saúde do ISC/UFBA e Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde da UFRGS. Os principais resultados do inquérito encontram-se publicados no livro "O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros" (Rio de Janeiro: FLOCRUZ/Garamond, 2006), onde podem ser obtidas informações sobre a composição detalhada da equipe de pesquisadores.

Referências bibliográficas:

- ARIÈS, P. (1978). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Zahar.
- ARILHA, M. (1998). "Homens: entre a 'zoeira' e a 'responsabilidade'". In: ARILHA, M.; RIDENTI, S.G.U.; MEDRADO, B. (orgs.), *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo, ECOS/Ed. 34, pp.51-78.
- AZEVEDO, T. (1981). "Namoro à antiga: tradição e mudança". In: VELHO, G. e FIGUEIRA, S. (orgs.), *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro, Campus, pp.219-76.
- BAJOS, N.; FERRAND, M.; HASSOUN, D. (2002). "Au risque de l'échec: la contraception au quotidien". In: BAJOS, N.; FER-
- RAND, M. et l'équipe GINE (orgs.), *De la contraception à l'avortement: sociologie des grossesses non prévues*. Paris, INSERM, col. Questions en Santé Publique, pp.33-78.
- BERGER, P.; KELLNER, H. (1970). "Marriage and the construction of reality". In: DREIAZEL, P.H. (Org.). *Recent Sociology*. Nova York, The Mac Millow Company.
- BOZON, M. (2003). "A quel âge les femmes et les hommes commencent-ils leur vie sexuelle? – comparaisons et évolutions récentes". *Populations et Sociétés*, n° 391, jun.
- BOZON, M. (2004). *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- CABRAL, C.S. (2003). "Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro". *Cadernos de Saúde Pública*, vol.19 (supl.2), pp.283-92.
- DUARTE, L.F.D. (1986). *Da vida Nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- DUARTE, L.F.D. (1987). "Pouca vergonha, muita vergonha: sexo e moralidade entre as classes trabalhadoras urbanas". In: LOPES, J.S.L. (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura de classe trabalhadora*. Rio de Janeiro, UFRJ/Marco Zero/PROED.
- FONSECA, C. L. (2000). *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS.
- GAGNON, J.; SIMON, W. [1973] (2005). *Sexual Conduct: The Social Sources of Human Sexuality*. Chicago, Aldine.
- GALLAND, O. (1997). *Sociologie de la jeunesse*. Paris, Armand Colin.
- GARCIA, S.M. (1998). "Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero". In: ARILHA, M.; RIDENTI, S.G.U.;

MEDRADO, B. (orgs.), *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo, ECOS/Ed. 34.

GIAMI, A.; SCHILTZ, M.A. (org.). (2004). *L'expérience de la sexualité chez de jeunes adultes. Entre errance et conjugalité*. Paris, Inserm (Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale).

HEILBORN, M.L. (1993). "Gênero e Hierarquia: a costela de Adão revisitada". *Revista Estudos Feministas*, vol.1 (Supl.1), pp.50-82.

HEILBORN, M.L.; AQUINO, E.M.L.; BOZON, M.; KNAUTH, D.R. (orgs.) (2006), *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro, Fiocruz/Garamond, 534p.

HEILBORN, M.L.; CABRAL, C.S. (2006). "Parentalidade juvenil: transição condensada para a vida adulta". In: CAMARANO, A.M. (org.), *Transição para a vida adulta ou a vida adulta em transição?*. Rio de Janeiro, IPEA, pp.225-255.

LEAL, O.F.; BOFF, A.M. (1996). "Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional". In: PARKER, R.; BARBOSA, R. (orgs.), *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, pp.89-111.

LUKER, K. (1996). *Dubious Conceptions: The Politics of Teenage Pregnancy*. Cambridge, MA, Harvard University Press.

MARINHO, L.F.B. *Entrada na sexualidade e práticas contraceptivas: a experiência de jovens em três capitais brasileiras*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva/ UFBA, Salvador, 2006.

PARKER, R. G. (1991). *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Best Seller.



Exercício comparativo entre conselhos nacionais de juventude: uma análise promissora

DANIELPERINI



A participação política da juventude brasileira tem sido foco de diversos estudos no campo das ciências sociais. A maior parte deles aponta para a formação de novas esferas de participação política, levando a uma readequação da pauta de demandas na qual os jovens deixam de ser uma aposta para o futuro, tornando-os sujeitos de direitos no presente. Dentre as diversas reivindicações relacionadas à educação, cultura, trabalho, renda, qualidade de vida e direitos humanos, vale destacar a busca por maior participação juvenil junto ao Estado. Muitas vezes, essa aproximação se traduz em implementação de conselhos de juventude que contemplem o diálogo com os jovens na elaboração de

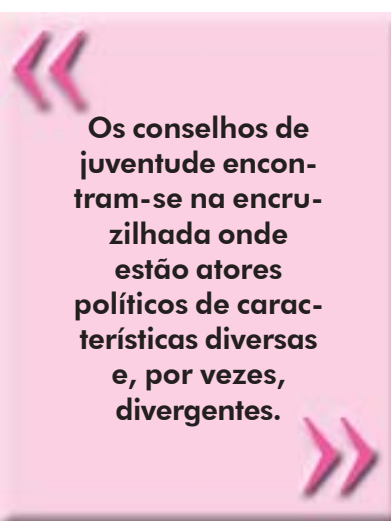
políticas públicas ou na fiscalização das ações governamentais em execução.

Essa situação nos traz novos desafios para além daqueles que já fazem parte do repertório brasileiro. A novidade está na construção efetiva de mecanismos participativos que dêem conta de aproximar governos, sociedade civil organizada, beneficiários de programas e Poder Legislativo. Vale a ressalva de que a referida aproximação não significa a produção de consensos; tampouco a cooptação dos representantes. O que há, de fato, é a formação de arenas de debate onde as contradições e conflitos de interesses possam orientar as políticas públicas de forma a garantir que um número maior de beneficiários recebam



serviços públicos de qualidade. Nesse sentido, experiências exitosas no campo da educação, saúde, criança e adolescente demonstram o verdadeiro potencial dessas ações. Contudo, no campo da juventude, essas concepções encontraram eco somente a partir da segunda metade da década de 90 e uma boa parte dos conselhos de juventude implementados estão em fases iniciais de trabalho buscando se colocar e agir frente às questões concretas que passam a vida dos jovens e das jovens.

Soma-se a este cenário o fato de que os conselhos de juventude encontram-se na encruzilhada onde estão atores políticos de características diversas e, por vezes, divergentes. Por um lado, o Estado com seu poder hegemônico e incapaz de implementar sozinho políticas efetivas, por outro, organizações da sociedade civil que buscam coerência entre as posições defendidas e seus respectivos aportes políticos institucionais. Nesse lugar, convergem dificuldades características desses dois campos: participação e políticas públicas de juventude. Tratando exatamente desse tema, o psicólogo Pedro Pontual destaca alguns desafios importantes; dentre eles, podemos dar relevo à necessidade de reconhecer a especificidade do segmento da juventude sem abrir mão de toda diversidade inerente aos coletivos juvenis, aprimorando os canais de diálogo. Outra noção importante trabalhada pelo estudioso está em pontuar o aspecto de que não deve se restringir o diálogo aos espaços institucionalizados. Contudo, a consolidação dos conselhos de juventude representa uma possibilidade relevante uma vez que estes podem significar uma interface entre jovens e poder público.



Os conselhos de juventude encontram-se na encruzilhada onde estão atores políticos de características diversas e, por vezes, divergentes.

Nesse sentido, há uma diversidade de experiências institucionalizadas atuantes que podem contribuir na busca de caminhos que levem à melhoria efetiva da qualidade de vida da juventude e de toda a sociedade brasileira. Com essa perspectiva, analisar experiências vivenciadas por diversos países podem nos trazer dados úteis para uma melhor compreensão do nosso próprio contexto. Com isto em mente, serão feitas breves descrições de conselhos nacionais de juventude em atividade

no Brasil, em Portugal e em Singapura. A idéia não é construir um quadro analítico que nos permita chegar a conclusões definitivas. Trata-se de uma aposta orientada por intenção meramente exploratória, cujos resultados serão interpretados como base para uma pesquisa científica sólida. A escolha desses conselhos seguiu critérios relativamente simples. O Conselho

Nacional de Juventude brasileiro é de interesse para a presente reflexão por representar a nossa experiência. Os conselhos de Portugal e de Singapura serão descritos por fornecerem informações suficientes em páginas próprias de internet e representam experiências que ocorrem há mais tempo e constituem continentes e culturas diferentes. Enfim, espera-se que essa análise preliminar nos traga elementos para avaliarmos melhor a atuação brasileira e apontar para um caminho de consolidação dessas arenas de construção de políticas públicas.

Para tanto, serão observados alguns aspectos importantes para o cotidiano de um conselho. O primeiro deles se refere à representação política. A composição de um conselho sinaliza qual a noção de juventude dada por cada um desses gover-



nos. Aponta para os pressupostos dados antes da implementação dos mesmos e dizem respeito aos processos de renovação e relação com os movimentos sociais. Outro aspecto importante a se considerar é a pauta dos debates em cada um desses espaços. Esse aspecto pode nos ajudar a entender quais são as questões das juventudes locais colocadas. Infelizmente, esse levantamento não poderá nos dizer como são abordadas e quem toma a frente de cada uma delas. Finalmente, quais os objetivos de cada conselho. Isso pode nos ajudar a pensar sobre as funções e buscar uma noção geral de atuação dos conselhos de juventude.

O Conselho Nacional de Juventude / Brasil



Foi implementado em agosto de 2005 a partir da Lei 11.129 de 30 de junho de 2005. Tem como foco as políticas públicas de juventude naquilo que se refere à formulação de diretrizes para elaboração, acompanhamento e implementação dessas políticas. É constituído por 60 membros distribuídos em 40 cadeiras para representações da sociedade civil e 20 para representações governamentais.

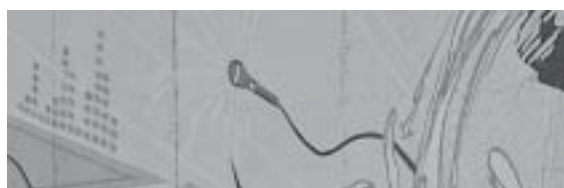
As representações não-governamentais são vinculadas, principalmente, a instituições como ONGs e redes juvenis. Há também a presença de especialistas e estudiosos que compõem o conselho na condição de conselheiros efetivos.

Em um documento intitulado “Política Nacional de Juventude – Diretrizes e Perspectivas”, nota-se que o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) brasileiro

encontra-se em um momento de debate de natureza conceitual com vistas a um paradigma de trabalho focado na diversidade e nos direitos da juventude. Os debates se organizaram em três câmaras temáticas, que buscaram agrupar alguns aspectos relativos às políticas públicas. A Câmara Temática 1 (Desenvolvimento Integral) produziu noções para políticas voltadas para educação, trabalho, cultura e tecnologias de informação. A Câmara Temática 2 (Qualidade de Vida) se preocupou com o meio ambiente, saúde, esporte e lazer. Finalmente a Câmara Temática 3 (Vida Segura) se debruçou sobre aspectos relacionados à valorização da diversidade e respeito aos direitos humanos.

Os debates mais recentes do CONJUVE têm sido orientados para uma aproximação dos gestores das políticas federais em execução, do Poder Legislativo e da sociedade civil. Nesse sentido, foram criadas comissões de acompanhamento de políticas e programas, relacionamento com a sociedade, acompanhamento parlamentar e uma comissão específica para a formulação da conferência nacional de juventude. Vale salientar que um recente decreto do presidente da República prevê a realização de eleições para a nova composição do CONJUVE.

Conselho Nacional de Juventude / Portugal



O Conselho Nacional de Juventude de Portugal foi criado, em 1985, por uma lei da Assembleia da República. Trata-se de um órgão representativo das organizações de juventude, considerando as agremiações



juvenis vinculadas aos movimentos sindicais, partidários, estudantis, culturais, ambientais e confessionais.

Em linhas gerais, seus objetivos se voltam para a produção de informação para o poder público, articulação entre demais conselhos de juventude e organizações e discussão da problemática juvenil, com vistas a um entendimento das aspirações dos jovens, promovendo diálogo com entes nacionais e internacionais.

O Conselho se organiza em comissões que se dividem em cinco temas: Meio Ambiente e Qualidade de Vida; Emprego e Assuntos Sociais; Associativismo e Participação Juvenil; Educação e, por último, Relações Internacionais e Cooperação.

A representação é formada por Membros de Pleno Direito e Membros Associados. As representações de pleno direito são ocupadas por organizações de atuação nacional, constituídas, de maneira majoritária, por jovens de 12 a 35 anos, que desenvolvem trabalhos voltados para a juventude e delegam aos jovens a representação no conselho. As representações associadas são aquelas que não cumprem com um dos critérios estabelecidos para representações plenas, mas que comprovam atuação específica em âmbito local. As organizações que desejarem integrar ao conselho deverão comprovar uma gestão democrática a partir da apresentação de estatutos e serão aceitas pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Juventude. Os membros de pleno direito e associados têm acesso aos mesmos serviços e informações fornecidos pelo órgão, dando exclusividade de voto às representações plenas. Compõem ainda o Conselho Representações Externas, tratando, nesse caso, de outros conselhos e do conselho de Administração do Instituto Português da Juventude.

Conselho Nacional de Juventude Singapura



Criado em 1º de novembro de 1989, o Conselho Nacional de Juventude de Singapura tem como objetivo desenvolver, junto aos jovens, habilidades para a vida em um mundo globalizado. Em seu domínio na internet, o conselho assume, com diretrizes, desenvolver e financiar projetos voltados para o desenvolvimento de liderança comunitária, além de ações que contemplem as juventudes em situação de risco social. Interessam ao conselho desenvolver e divulgar publicações específicas, além de promover intercâmbios internacionais e locais entre jovens visando oportunidades em outros países e aumentando coesão social e discutindo a cultura local.

Fazem-se representar no conselho entidades não-governamentais, empresas, ministérios, meios de comunicação, universidades e organizações juvenis, totalizando um grupo de 25 representações.

Os objetivos se expressam em ações nos seguintes campos: desenvolvimento juvenil, engajamento juvenil, premiações, parcerias internacionais, pesquisas, juventude em risco social e juventude comunitária

A partir de análise das informações das páginas eletrônicas de cada conselho, podemos detectar algumas semelhanças importantes. A principal delas é uma noção plural de juventudes amplamente defendida por movimentos organizados. Essa pluralidade se reflete não somente nas mais diversas representações, mas também no amplo leque de atribuições assumidas pe-

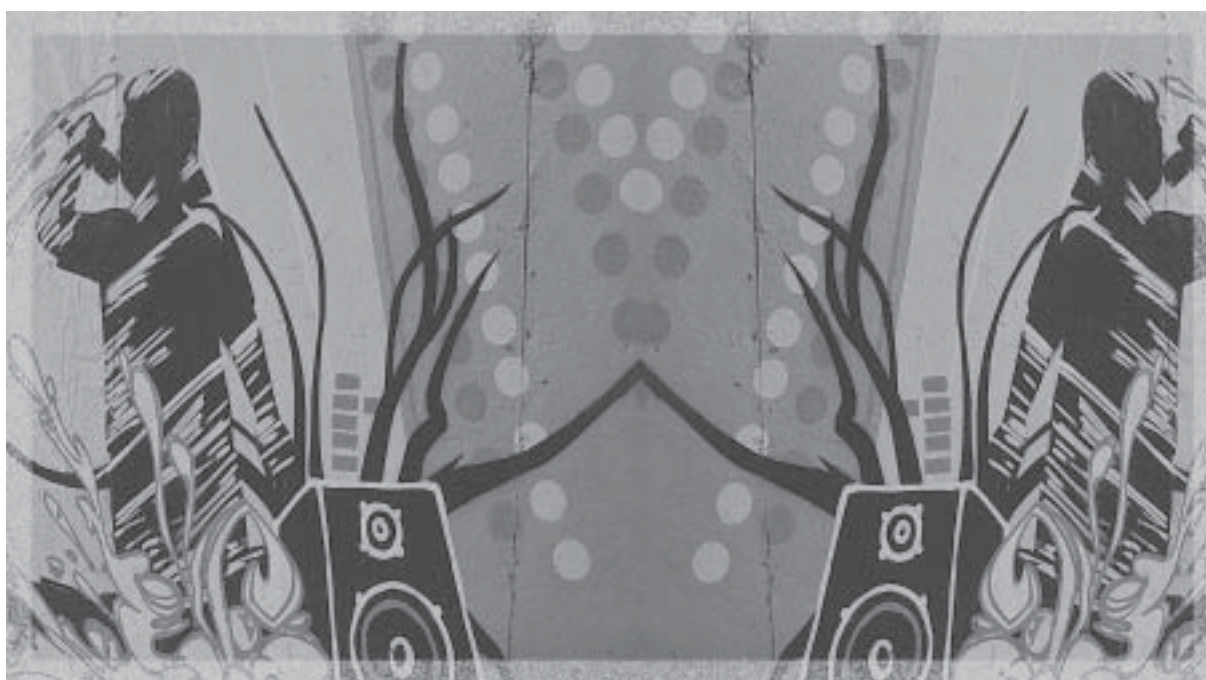


los estatutos de fundação. Outras semelhanças estão no fato de que todos estes contam, em graus diferenciados, com representações de governo além das próprias organizações juvenis. Isso significa que o papel da juventude na formulação de políticas é considerado relevante para qualquer um desses países.

As diferenças entre as experiências revelam, contudo, um rico campo de produção de conhecimento. Sobre a representação, podemos dizer que há um caminho especial na experiência portuguesa, pelo fato de criar categorias de representação diferenciadas. Os portugueses desenvolveram meios para as organizações juvenis se cadastrarem e aproximarem das ações na arena de debate na qual estão sendo tratados temas de seu interesse. Essa dinâmica não foi realizada no Brasil, que hoje discute meios de democratizar o conselho. Pode-se notar que, em Portugal, há uma autonomia maior do Conselho. Isso se deve ao fato de que o próprio conselho realiza a escolha de entidades representadas. Os critérios apresentados para o ingresso de entidades nos dá a entender que a noção

de conselho de juventude em Portugal aproxima-se de uma ação de natureza geracional. No Brasil adotamos um caminho diferente. Em primeiro lugar, trata-se de um conselho que se refere mais claramente às políticas públicas e não apresenta nenhum tipo de critério para ingresso de entidades juvenis. Esses debates permeiam as atribuições do conselho e um primeiro resultado está claro no decreto presidencial, que prevê a realização de eleição de organizações. Contudo, há ainda um longo percurso para se chegar a posição conclusiva em que se definam mais especificamente a forma com que serão realizados os pleitos, considerando a diversidade da juventude brasileira.

No que se refere às atribuições, notamos uma preocupação em Portugal e em Singapura de articular-se com instituições internacionais e com outros países. No caso brasileiro, esse aspecto não é explicitado em nenhum dos textos produzidos e nem em documentos oficiais. Em contraste a isso, preocupação com a cultura local faz parte de todos eles, ressaltando a relevância da cultura popular ao se tratar de juventude.



Outra característica interessante e presente apenas no conselho de Singapura é a possibilidade de financiamento de projetos que dizem respeito às atribuições institucionais. Isso se traduz para o contexto brasileiro, na ausência de fundos que possam ser democraticamente disputados, com foco em ações junto aos jovens e entidades juvenis.

As análises comparativas, de fato, são complexas e requerem esforços de pesquisa que não se traduzem no presente artigo; esforços dessa natureza podem contribuir para uma melhor compreensão das ações praticadas por governos e representações da sociedade. Nesse sentido, caberiam trabalhos que dessem conta de avaliar a atuação efetiva desses organismos junto às juventudes de cada país considerando não somente os movimentos organizados, mas, também, a capacidade de influenciar as políticas públicas colocadas em prática. Outro aspecto importante diz respeito a uma abordagem histórica com olhar nos movimentos políticos que antecederam à implementação desses organismos. Nos limites do presente artigo, contudo, pode-se inferir que uma breve comparação nos leva a considerações importantes. Dentre elas, pensar em formas de diálogo com a sociedade que dêem conta da diversidade, mas também da territorialidade. Isso quer dizer que é interessante para os conselhos criar mecanismos de reconhecimento que não se restrinjam a critérios de abrangência territorial e considerar o protagonismo dos jovens dentro de cada organização representada.

Daniel Perini é presidente do Conselho Municipal da Juventude de Belo Horizonte e representa a ONG Contato - Centro de Referência da Juventude no Conselho Nacional de Juventude

Bibliografia

PONTUAL, Pedro. “Juventude e Poder Público” in FREITAS, Maria Virgínia & PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.), Políticas Públicas – Juventude em Pauta, Ed. Cortez, 2003, p. 97-119.

NOVAES, Regina Célia Reyes CARA, Daniel Tojeira;, SILVA, Danilo Moreira e PAPA, Fernanda (orgs.) in Política Nacional de Juventude Diretrizes e Perspectivas, Conselho Nacional de Juventude, Fundação Friedrich Ebert, São Paulo, 2006

Páginas de Internet

Conselho Nacional de Juventude – Brasil
http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/Juventude/Cons/conjuve/integra_view

Conselho Nacional de Juventude – Portugal
<http://www.cnj.pt/index2.htm>

Conselho Nacional de Juventude – Singapura
<http://www.nyc.pa.gov.sg/index.html>



Trabalho e desemprego entre os jovens: desafios para as políticas públicas

GERALDO LEÃO



Nas sociedades modernas, trabalhar é uma dimensão muito relevante. Segundo o sociólogo Anthony Giddens (2005), mesmo sob condições adversas, o trabalho é uma prática social que estrutura a vida das pessoas. Ele permite a independência financeira, produz uma estruturação do tempo tendo como referência uma rotina diária de trabalho, promove laços de sociabilidade e nos coloca em convívio com outras pessoas e outros espaços sociais. Além disso, pelo trabalho produzimos um sentido de investimento e identidade pessoal. Dessa maneira, o fato de não trabalhar ou

de ser obrigado a ajustar-se a qualquer emprego pode significar para muitos jovens, principalmente aqueles com menos recursos econômicos e sociais, uma fonte de sofrimento e ausência de perspectivas quanto ao futuro.

No Brasil, o trabalho é uma experiência comum para os jovens. Muitas vezes, ele surge precocemente na sua vida. Assim, compreender a condição juvenil em nosso país exige também um olhar sobre a sua relação com o mundo do trabalho, suas experiências e condições de trabalho. Trabalhar é uma prática social alimentada por



diferentes expectativas e projetos de vida, o que produz diversos sentidos e representações para os jovens.

Infelizmente, para muitos, tal experiência tem sido marcada pela precariedade, quando não pela sua falta. De acordo com dados de uma pesquisa da UNESCO (2006), no Brasil, 56,1% dos jovens estavam ocupados em 2004, contra 22,8% desocupados e 21,1% inativos. Entre os jovens que estavam trabalhando, uma boa parte (38,4%) disse não receber benefícios de seus trabalhos, o que revela uma inserção ocupacional precária. Além disso, 61,3% consideravam que as atividades que desempenhavam não tinham relação com aquilo que estudavam ou estudaram. Nesse contexto, boa parte deles buscava melhorar as suas condições de inserção no trabalho. Metade dos jovens brasileiros (46,9%) estava à procura de um trabalho em 2004.

Segundo Edna Queiroz e Maria Tereza Canesim (2002), o trabalho assume um lugar de destaque entre os jovens apesar de muitos deles manifestarem uma “atitude realista” e “desencantada” em relação ao trabalho, em face das dificuldades que encontram hoje para se inserir e se manter

no mercado de trabalho. Segundo essas autoras, para os jovens “falar sobre si é falar sobre o seu trabalho, ou sobre a sua falta, mostrando que a experiência ou a in experiência de trabalho constitui elemento fundamental para sua definição identitária”.

De uma maneira geral, podemos dizer que o trabalho assume um lugar privilegiado para os jovens como possibilidade de construção de sua autonomia e reconhecimento perante os familiares e os amigos. Ele tem diversos significados e desencadeia diferentes atitudes e trajetórias dependendo do contexto e segundo os recortes de gênero, raça, classe e origem social.

Uma atitude comum entre os jovens tem sido a centralidade que o fato de estar empregado adquire para além do sentido do trabalho em si, o que se justifica em função das altas taxas de desemprego. Assim, estar empregado é uma condição para a realização dos projetos pessoais e isso toma uma relevância muito grande para todos. Ao mesmo tempo, outros sentidos para o trabalho se fazem também presentes entre esses jovens como a independência pessoal, o sentido de dignidade ou como fonte de realização pessoal. Para



Nadya Araújo Guimarães (2005), o trabalho tem um lugar de destaque na vida dos jovens brasileiros. Ela reúne as representações dos jovens em torno de três idéias. Para alguns, ele é um valor: a dedicação ao trabalho. Para outros surge como um problema ou necessidade, tendo em vista a pressão por conseguir uma ocupação e manter-se nela. E, para outros, se apresenta como um direito a que todos devem ter acesso.

Tal importância atribuída ao trabalho pelos jovens e suas famílias defronta-se hoje com a sua ausência para muitos deles. A experiência da juventude brasileira tem sido marcada pelas dificuldades de acesso e permanência no mercado de trabalho em um contexto marcado pelas transformações produtivas a partir dos anos 90. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, em fevereiro de 2007, a taxa geral de desocupação no Brasil estava em 9,9%. Entre os jovens, a taxa chegava a corresponder a quatro vezes a média para a população em geral, atingindo 37% entre os jovens de 18 a 24 anos. Se considerarmos as pessoas em busca de um primeiro emprego, o índice correspondia a 18,1%.

Assim, se o trabalho tem um valor central para os jovens como possibilidade de autonomia e reconhecimento, sua ausência tem representado uma dificuldade, contribuindo para aumentar a incerteza e a sensação de risco. Para alguns jovens que têm melhores recursos econômicos, culturais e sociais, esse período pode ser usado como um tempo de investimento na sua formação geral ou profissional, se preparando para o vestibular ou fazendo um curso

profissionalizante. Mas, para muitos jovens que não trabalham, a situação de desemprego pode ser vivida de uma forma negativa, como uma incapacidade quanto a projetar o futuro. Para esses, o desemprego acarreta sentimentos de tédio, vazio, ansiedade, vergonha e culpa, gerando, muitas vezes, uma atitude de isolamento da vida social. Muitos desanimam de procurar uma ocupação, não sendo considerados assim no cômputo dos índices de desemprego.

Mesmo para os jovens ocupados, a relação com o trabalho passa a ser mediada pela ameaça do desemprego. Esse passa a ser um elemento constitutivo dos horizontes possíveis para a experiência juvenil nas sociedades contemporâneas. A esse respeito, a socióloga Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins (2000) diz: “Fiquei impressionada com o número de jovens

já com famílias constituídas, sem possibilidade nenhuma de desfrutar algum tipo de lazer, de participar de um grupo de jovens, de se associar a um movimento — mesmo os sindicalizados não participam do sindicato, não gostam de política —; a única preocupação visível diz respeito à ameaça de perda do emprego. Que futuro é possível para esses jovens? Que alternativas eles podem ter?”

Nesse contexto, os processos de transição para a vida adulta, antes compreendidos como uma passagem linear da família à escola e ao trabalho até a configuração de um novo lar, parecem já não corresponder à realidade. A noção de transição para a vida adulta passa ser revista tendo em consideração uma série de mudanças sociais, para as quais as transformações nas dinâmicas do merca-

«
...se o trabalho tem um valor central para os jovens como possibilidade de autonomia e reconhecimento, sua ausência tem representado uma dificuldade, contribuindo para aumentar a incerteza e a sensação de risco.
»

do de trabalho têm um papel central.

Segundo o sociólogo português José Machado Pais (2001), as trajetórias juvenis contemporâneas se tornaram diversificadas e sempre passíveis de reversibilidade. Tratam-se de “trajetórias ioiô”, pois o percurso da vida tem sido marcado por idas e vindas, projetos que se interrompem ou são retomados. Para além da linearidade, as trajetórias juvenis parecem marcadas pela idéia de *labirintos*: a realidade atual oferece uma gama de possibilidades ao mesmo tempo em que se convive com o risco constante de se perder nas suas teias.

Nesses *labirintos da vida*, os sujeitos são testados cotidianamente na sua capacidade de fazer escolhas e na sua habilidade para realizar seus projetos de vida. Segundo esse autor, as políticas públicas operam com uma lógica inversa, pois “tendem a estandardizar as transições dos jovens para a vida adulta – definindo escolaridades mínimas, circuitos escolares, formação profissional, políticas de emprego”, ao passo que os jovens parecem se enquadrar cada vez menos nessas *políticas prescritivas*.

Políticas públicas e trabalho juvenil

Nesse quadro de dificuldades de inserção no mercado de trabalho que impõem limites à construção de projetos futuros para os jovens brasileiros, nos perguntamos o que eles podem esperar em termos de ações que promovam melhores condições de formação e acesso ao trabalho. Podemos esperar políticas públicas que promovam uma rica vivência da condição juvenil? Como as ações públicas podem

proporcionar aos jovens experiências que os instrumentalizem para construir projetos profissionais numa sociedade em constante mutação? Como podemos desenvolver políticas que não digam aos jovens o que fazer, mas que incorporem suas aspirações e projetos de vida?

Aos olharmos para as experiências de programas públicos voltados para a juventude brasileira, parece-nos que somos confrontados com um modelo recorrente na concepção e implementação das políticas de juventude no Brasil. Esse modelo, que se ampliou a partir da segunda metade dos anos 90 e se expande mais fortemente no início deste século, se assenta preferencialmente no desenvolvimento de programas de transferência de rendas focalizados em jovens pobres, que, em geral, combinam três tipos de ações: oficinas de qualificação profissional e formação humana, ações de promoção da escolaridade e desenvolvimento de trabalhos comunitários.

Esses programas, no entanto, têm sido marcados por um baixo impacto. Além de não atingirem um grande número de jovens e de serem desenvolvidos geralmente de maneira improvisada, eles acabam beneficiando justamente os jovens, que, de alguma forma já conseguiriam se inserir. É o que constata Felícia Madeira (2004) ao analisar o caso do Programa Primeiro Emprego desenvolvido pelo Governo de São Paulo. O mesmo podemos dizer do Programa Nacional do Primeiro Emprego, que, desde a sua edição tem apresentado poucos resultados.

Outro problema no âmbito das políticas de trabalho para jovens é a sua fraca articulação com outras políticas setoriais, principalmente com os sistemas de ensino. A fraca articulação entre as ações do Esta-



do impede que os programas atendam às diversas demandas postas pelos jovens. Num contexto como o descrito acima, em que as trajetórias de vida já não correspondem a uma linearidade mais ou menos previsível, as políticas públicas devem se pautar por uma maior flexibilidade e pela capacidade de dar respostas rápidas às necessidades dos cidadãos.

As escolas, por exemplo, em particular as do Ensino Médio, não têm propostas pedagógicas que incorporem a questão do trabalho, muito menos conseguem se articular com outras instituições que proporcionem aos jovens o acesso a cursos de formação profissional de qualidade.

Assim, podemos dizer que, se a relação dos jovens brasileiros com o trabalho é marcada pela experiência precoce do trabalho precário e do desemprego, o Poder Público não tem sido capaz de responder às suas demandas nesse campo. Certamente, a questão do desemprego juvenil não pode ser resolvida num “passe de mágica”, mas essa é uma realidade que merece uma atenção especial no âmbito das políticas sociais para além do que tem sido feito.

Geraldo Leão é professor na FaE/UFMG e membro do Observatório da Juventude da UFMG

Referências Bibliográficas

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. “Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?” In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. *Retratos da Juventude Brasileira*. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

MADEIRA, Felícia Reicher. “A improvisação na concepção de programas sociais. Muitas convicções, poucas constatações. O caso do primeiro emprego.” *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, n. 18, vol. 2, p. 79-94, São Paulo, 2004.

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. “A juventude no contexto da reestruturação produtiva.” In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia; SPÓSITO, Marília Pontes. (Org.) *Juventude em Debate*. São Paulo: Cortez, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Coordenação de Miriam Abromovay e Mary Garcia Castro. Brasília: UNESCO, 2006.

PAIS, José Machado. *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*. Porto: Ambar, 2001.

POCHMANN, Márcio. *A inserção ocupacional e os empregos dos jovens*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1998.

QUEIROZ, Edna M. O. e CANESIN, Maria Tereza. “O ser jovem nas relações com o trabalho, a escola e a família.” *Anais da 25ª Reunião Anual da Anped*. Caxambu, 2002.



A juventude como sintoma da cultura

MARIA RITA KEHL



Difícil precisar o que é juventude. Quem não se considera jovem hoje em dia? O conceito de juventude é bem elástico: dos 18 aos 40, todos os adultos são jovens. A juventude é um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado em que todos querem se incluir. Parece humilhante deixar de ser jovem e ingressar naquele período da vida em que os mais complacentes nos olham com piedade e simpatia e, para não utilizar a palavra ofensiva — velhice —, preferem o eufemismo “terceira idade”. Passamos de uma longa, longuíssima juventude, direto para a velhice, deixando vazio o

lugar que deveria ser ocupado pelo adulto. O cineasta Jean-Luc Godard, sempre antenado nos sintomas do sofrimento e da alienação contemporâneos, faz os personagens de seu filme, *Elogio ao amor* (2001), repetirem insistentemente a pergunta: *qu'est que c'est un adult?* Evidentemente Godard deixa a questão sem resposta.

O prestígio da juventude é recente. “O Brasil de 1920 era uma paisagem de velhos”, escreveu Nelson Rodrigues em uma crônica sobre sua infância na rua Alegre. “Os moços não tinham função, nem destino. A época não suportava a mocidade”. O escritor estava se referindo aos sinais de respeitabilidade e seriedade que todo moço



tinha pressa em ostentar, na primeira metade do século XX. Um homem de 25 anos já portava o bigode, a roupa escura e o guarda-chuva necessário para identificá-lo entre os homens de 50, e não entre os rapazes de 18. Homens e mulheres eram mais valorizados ao ingressar na fase produtiva/reprodutiva da vida do que quando ainda habitavam o limbo entre a infância e a vida adulta chamado de juventude ou, como se tornou hábito depois da década de 1950, de adolescência.

Já o futuro escritor do ano 2030, quando escrever suas lembranças da vida no início do terceiro milênio, poderá afirmar: “O Brasil de 2004 era uma paisagem de jovens””. Há mais de 40 anos somos todos jovens. Sempre que a expressão “no meu tempo...” é empregada, ela se refere aos anos dourados da vida, a juventude.

Pois foi uma ou duas décadas antes do “meu tempo”, que os adolescentes e jovens começaram a sair de uma certa obscuridade culposa e obediente, à qual discursos médicos e morais os haviam relegado, para se transformarem em uma faixa da população privilegiada pela indústria cultural.

A puberdade como fase de amadurecimento sexual das crianças, que marca a transição do corpo infantil para as funções adultas da procriação, tem lugar em todas as culturas. Da Grécia clássica às sociedades indígenas brasileiras, o/a púbere é reconhecido enquanto tal, e a passagem da infância para a vida adulta é acompanhada por rituais cuja principal função é reinscrever simbolicamente o corpo desse/a que não é mais criança, de modo a que passe a ocupar um lugar entre os adultos. Mas o

conceito de adolescência, que se estende em certos países até o final da juventude (hoje em dia, não hesitamos em chamar de adolescente a um moço de 20 anos), tem uma origem e uma história que coincide com a modernidade e a industrialização. A adolescência na modernidade tem o sentido de uma moratória, período dilatado de espera vivido pelos que já não são crianças, mas ainda não se incorporaram à vida adulta. O conceito de adolescência é tri-

butário da incompatibilidade entre maturidade sexual e o despreparo para o casamento. Ou, também, do hiato entre a plena aquisição de capacidades físicas do adulto — força, destreza, habilidade, coordenação etc — e a falta de maturidade intelectual e emocional, necessária para o ingresso no mercado de trabalho. O aumento progressivo do período de formação esco-

lar, a alta competitividade do mercado de trabalho nos países capitalistas e, mais recentemente, a escassez de empregos obrigam o jovem adulto a viver cada vez mais tempo na condição de “adolescente”, dependente da família, apartado das decisões e responsabilidades da vida pública, incapaz de decidir seu destino.

Nessas circunstâncias, a adolescência só poderia se tornar uma idade crítica. Mas como, na economia capitalista, do boi se aproveita até o berro, essa longa crise que alia o tédio, a insatisfação sexual sob alta pressão hormonal, a dependência em relação à família e a falta de funções no espaço público, acabou por produzir o que as pesquisas de marketing definem como uma nova fatia de mercado. A partir daí — viva o jovem! Passou a ser considerado cidadão, porque virou consumidor em po-

O prestígio da juventude é recente. 'O Brasil de 1920 era uma paisagem de velhos' escreveu Nelson Rodrigues em uma crônica sobre sua infância na rua Alegre.

tencial. De início, o fenômeno tinha o vigor e a beleza caótica típicos do retorno do recalçado. “Jovem” era o significante para tudo o que até então vivia nos porões da civilização. Jovem era a inteligência quando se aventurava a pensar para além dos cânones universitários. Jovem era a rebelião contra os padrões estabelecidos, contra a moral hipócrita que sacrificava os prazeres do corpo em nome de uma dignidade vazia. Jovem era a adesão a utopias políticas que propunham um futuro melhor. Não deixa de ser sintomático que hoje as pessoas de 40, 50 anos, continuem a se interessar apaixonadamente pela política, enquanto os adolescentes parecem conformados em fazer da luta pela cidadania mera afirmação dos direitos do consumidor. Mas também não é preciso repetir que forças bem mais poderosas do que os anseios de uma ou duas gerações de filhos logo entraram em jogo. Que as forças de capital — as mesmas que contribuíram para evocar espíritos juvenis adormecidos e provocar a onda de demandas jovens da década de 1960 —, com seu senso imbatível de oportunidade, souberam reorganizar o caos em torno da chamada lógica do mercado. Ser jovem virou slogan, virou clichê publicitário, virou imperativo categórico — condição para se pertencer a uma certa elite atualizada e vitoriosa. Ao mesmo tempo, a “juventude” se revelava um poderosíssimo exército de consumidores, livres dos freios morais e religiosos que regulavam a relação do corpo com os prazeres, e desligados de qualquer discurso tradicional que pudesse fornecer critérios quanto ao valor e à consistência, digamos, existencial, de uma enxurrada de mercadorias tornadas, da noite para o dia, essenciais para a nossa felicidade.

Isleide Fontenelle, em seu minucioso estudo sobre a expansão da marca

McDonald’s nos Estados Unidos e em todo o planeta, situa nos anos 1950, anos dourados do pós-guerra, a emergência de uma cultura adolescente na sociedade norte-americana.

A “cultura dos jovens” de que se passa a falar nos anos 60 começara bem antes e já se podiam vislumbrar todas as suas características no início dos anos 50. Era o perfil de um adolescente diferente das gerações anteriores, em função de seu... “número, riqueza, autoconsciência. Tratava-se da primeira geração de adolescentes norte-americanos privilegiados... A figura do adolescente que de tal modo emergia era associada, sobretudo, à vida urbana e encontrava seu habitat na high school — que parecia transformada num cosmos em si mesmo — com os clubes, as atividades esportivas e outras atividades e lugares acessórios como a drugstore, o automóvel, o bar para jovens”. (...) Uma geração vista como problemática, mas, também, como espelho refletor da sociedade americana do pós-guerra: “muita da insistência sobre os jovens como consumidores — novo e gigantesco mercado que se abria à venda de Coca-Cola, goma de mascar, balas, discos, roupas, cosméticos, acessórios para carros e carros usados — podia ser transmitida, apesar dos tons de escândalo, ao prazer secreto de ver confirmada a filosofia do consumo que representava uma bíblia do bem-estar americano”.

Essa transformação do adolescente em fatia privilegiada do mercado consumidor inaugurada nos Estados Unidos, e rapidamente difundida no mundo capitalista, trouxe alguns benefícios e novas contradições. Por um lado, a associação entre juventude e consumo favoreceu o florescimento de uma cultura adolescente altamente hedonista. O adolescente das últimas décadas do século XX deixou de ser a criança



grande, desajeitada e inibida, de pele ruim e hábitos anti-sociais, para se transformar no modelo de beleza, liberdade e sensualidade para todas as outras faixas etárias. O adolescente pós-moderno desfruta de todas as liberdades da vida adulta, mas é poupado de quase todas as responsabilidades.

Parece que, ao escrever isso, estou limitando o foco dessa análise aos adolescentes da elite, os únicos que, de fato, podem consumir e desfrutar da condição de jovens adultos cujos desejos e caprichos são sustentados pelos pais. Não é bem assim. Na sociedade pautada pela indústria cultural, as identificações se constituem através das imagens industrializadas. Poucos são aqueles capazes de consumir todos os produtos que são oferecidos ao adolescente contemporâneo — mas a imagem do adolescente consumidor, difundida pela publicidade e pela televisão, ofe-

rece-se à identificação de todas as classes sociais. Assim, a cultura da sensualidade adolescente, da busca de prazeres e novas “sensações”, do desfrute do corpo, da liberdade, inclui todos os adolescentes. Do “filhinho de papai” ao morador de rua, do jovem subempregado que vive na favela ao estudante universitário do Morumbi (ou do Leblon), do traficante à “patricinha”, todos os adolescentes se identificam com o ideal publicitário do adolescente hedonista, belo, livre, sensual. O que favorece, evidentemente, um aumento exponencial da violência entre os que se sentem incluídos pela via da imagem, mas excluídos das possibilidades de consumo. Volto a esse ponto mais adiante.

O efeito paradoxal do campo de identificações imaginárias aberto pela cultura jovem é que ele convoca pessoas de todas as idades. Quanto mais tempo pudermos nos considerar jovens hoje em dia, melhor.

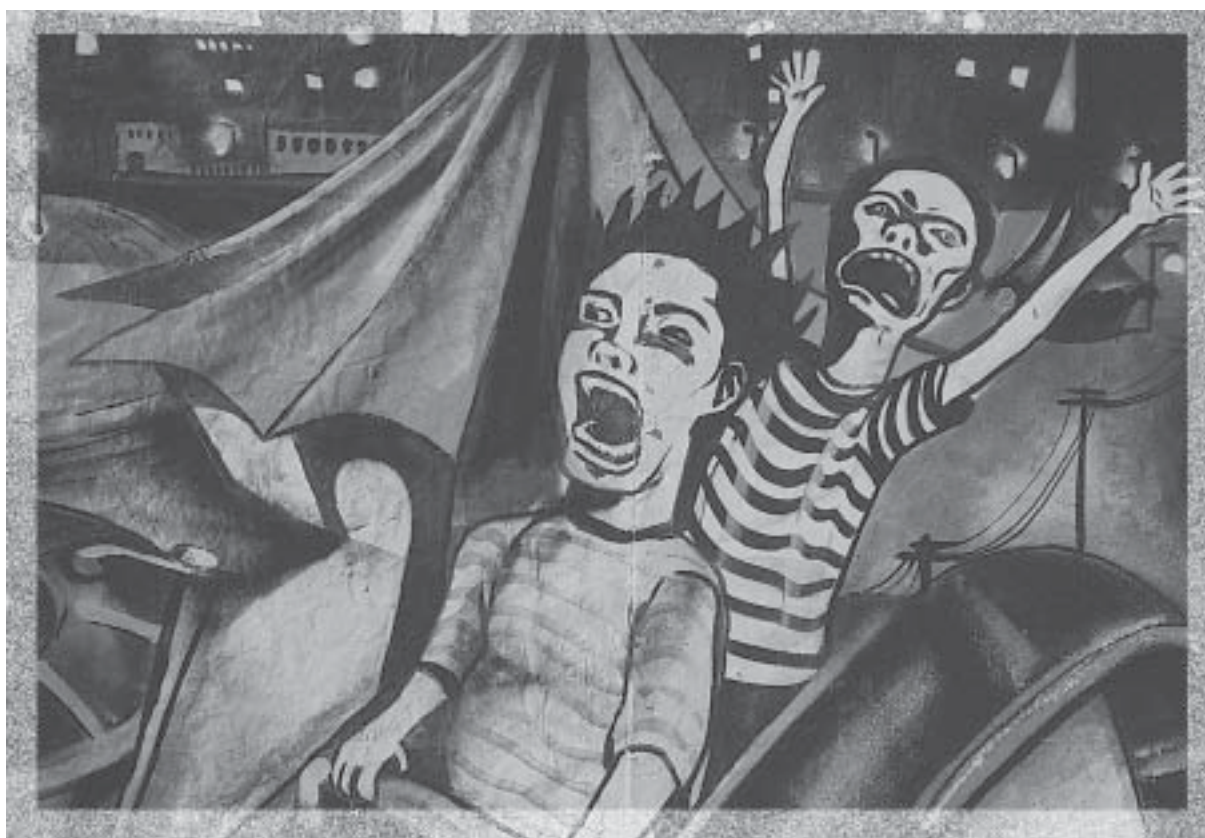


Melhor para a indústria de quinquilharias descartáveis, melhor para a publicidade — melhor para nós? O fato é, que nas últimas décadas, vimos jovens perenes. Por que não? Se no tempo de Nelson Rodrigues todos queriam ser velhos; se cada época elege um período da vida para simbolizar seus ideais de perfeição — que lei, moral ou natural, deve determinar os critérios de maturação humana, os padrões de longevidade, o limite para o que podemos exigir ou desfrutar de nossos corpos? Se ainda não se sabe do que a máquina humana, feita de apetites e de linguagem, é capaz, por que o poder da cultura, do dinheiro, do cinema e da televisão não podem congelar cinco, seis gerações num estado de juventude perpétua? O ponto de vista da psicanálise.

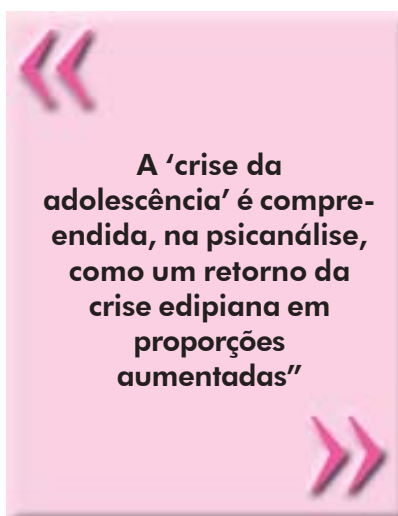
Freud escreveu a respeito da adolescência muito antes dessa “emancipação”, quando só era possível observar os efeitos patogênicos da moratória sexual. “A meta-

morfose da puberdade” é o último e o mais enxuto de seus três ensaios para uma teoria sexual (1905). Como o foco de sua análise é a sexualidade, Freud privilegia no adolescente o desenvolvimento de uma nova finalidade sexual — a genitalidade, em contraste com o polimorfismo que caracteriza a sexualidade infantil — concomitante ao amadurecimento dos órgãos genitais, que se tornam aptos para exercer sua função procriativa. O “manifesto crescimento dos genitais externos”, aliado ao desenvolvimento dos genitais internos, culmina na constituição de “um complicado aparato que espera sua utilização”. As conseqüências dessa espera, à época bastante prolongada, foram examinadas por ele em textos posteriores, nos quais abordou os efeitos patogênicos do tabu da virgindade ou a relação entre moral sexual e neurose.

O aspecto mais relevante dos três ensaios, no que se refere à adolescência, é a



intensificação do complexo de Édipo produzida em função do amadurecimento da sexualidade genital. Para Freud, os “restos” não resolvidos do complexo de Édipo infantil, que ficaram como que em repouso durante o período de latência – aproximadamente entre os sete e os 12, 13 anos – voltam a produzir efeitos perturbadores sobre o psiquismo a partir da puberdade. A “crise da adolescência” é compreendida, na psicanálise, como um retorno da crise edipiana em proporções aumentadas; no adolescente, os desejos incestuosos se tornam mais ameaçadores, em função da maturidade hormonal/genital, e a rivalidade edípica com o genitor do mesmo sexo se intensifica, aliada às moções de liberdade próprias da ambigüidade (não mais criança/ ainda não adulto) desse período.



A ‘crise da adolescência’ é compreendida, na psicanálise, como um retorno da crise edipiana em proporções aumentadas”

Um estudioso contemporâneo da adolescência, Jean-Jacques Rassial, escreve que o adolescente se vê, de uma hora para outra, “excedido por seu corpo”, sem base de apoio para constituir uma atitude, uma postura, uma “personalidade” que acompanhem seu crescimento físico. Para isso, ele tenta se valer de objetos-fetichê: o sutiã na menina, o barbeador no menino etc, que sustentem, como apêndices do corpo, o crescimento que ele reivindica. A análise de Rassial nos ajuda a compreender o lugar privilegiado do adolescente como consumidor, em todas as classes sociais. Carros ou baratos, vendidos em shoppings ou em camelôs, os acessórios compõem a mascarada adolescente, funcionando como objetos transicionais que ajudam na difícil tarefa de reinscrever esse novo corpo, estranho até para o próprio sujeito, nesse lugar

também de transição entre a infância e a vida adulta que ele passa a habitar. Em nossas sociedades laicas, em que faltam ritos de passagem para sinalizar o ingresso na vida adulta, os objetos de consumo e os espaços próprios para freqüentação adolescente – a lanchonete, o baile funk, a boate, os mega shows de rua — substituem os ritos característicos das culturas pré-modernas. Os jovens também inventam seus próprios ritos. Penso que o consumo de drogas leves, como a maconha ou a cerveja, funciona como prova ou desafio para decidir a entrada dos novatos em certos grupos, estabelecendo a linha não só entre os caretas e os entendidos, mas entre os que são vistos como ainda crianças e os que já se consideram com um pé na vida adulta.

Enquanto as sociedades fundadas na transmissão oral preservavam, nos ritos iniciáticos, o espaço potencial desse não-lugar da adolescência, pondo em cena o que aí entra em jogo de “morte” e de “renascimento, as leis escritas, por sua vez, só podem definir limites e rejeitar a dimensão mesma de um fora-de-lugar, de um lugar outro. (...) De certo modo, ao contrário da utopia, o bando constitui, na atualidade, um verdadeiro grupo social de tipo tribal. (...) ...é ponto de referência, aquém ou além da identidade civil, de uma outra dimensão do sujeito.”

Rassial relaciona (como Freud, em outro texto) a proteção oferecida pelo grupo com os atos de delinqüência bastante freqüentes entre jovens de todas as classes sociais. Mas ele observa também que a delinqüência é tanto patologia de um ou outro sujeito particular quanto “da sociedade em seu conjunto”. Podemos, por

exemplo, entender o aumento da delinqüência juvenil nos nossos dias entre os efeitos do que venho chamando de “teenagização” da cultura ocidental. O primeiro que me ocorre é o seguinte: todo adulto sente uma certa má consciência diante de sua experiência de vida. Se a regra é viver com a disponibilidade, a esperança e os anseios de quem tem 13, 15 ou 17 anos, que fazer da seletividade, da desconfiança e até mesmo da consolidação de um certo perfil existencial mais definido, inevitáveis para quem viveu 40 ou 50 anos? O adulto que se espelha em ideais teen se sente desconfortável ante a responsabilidade de tirar suas conclusões sobre a vida e passá-las a seus descendentes. Isso significa que a vaga de “adulto”, na nossa cultura, está desocupada. Ninguém quer estar “do lado de lá”, o lado careta, do conflito de gerações, de modo que o tal conflito, bem ou mal, se dissipou. Mães e pais dançam rock, funk e reggae como seus filhos, fazem comentários cúmplices sobre sexo e drogas, frequentemente posicionam-se do lado da transgressão nos conflitos com a escola e com as instituições.

Essa liberdade cobra seu preço em desamparo: os adolescentes parecem viver num mundo cujas regras são feitas por eles e para eles, já que os próprios pais e educadores estão comprometidos com uma leveza e uma *nonchalance* jovem. “Tô nem aí”, diz o refrão de uma cançoneta da moda no verão de 2004. Tô nem aí, lê-se estampado nas camisetas usadas por mães quarntonas e pais bebedores de cerveja, na beira da praia, vivendo e deixando viver seus rebentos. Poderia ser uma atitude saudável se, em vez de tolerância e compreensão, não revelasse uma grande omissão em oferecer parâmetros mínimos para orientar o crescimento dos filhos. Não que os pais “de antigamente” soubessem como os

filhos deveriam enfrentar a vida, mas pensavam que sabiam; e isso era suficiente para delinear um horizonte, constituir um código de referência — ainda que fosse para ser desobedecido. Quando os pais dizem: “Sei lá, cara, faz o que você estiver a fim”, a rede de proteção imaginária constituída pelo o que o Outro sabe se desfaz, e a própria experiência perde significação. E, como nenhum lugar de produção de discurso fica vazio muito tempo sem que algum aventureiro lance mão, atenção! — o Estado autoritário, puro e simples, pode vir fazer as vezes dos adultos que se pretendem teen. Nesse caso, em vez da elaboração da experiência, teremos “razões de Estado” (ou pior, razões do Banco Mundial) ditando o que fazer de nossas vidas.

A desvalorização da experiência esvazia o sentido da vida. Não falo da experiência como argumento de autoridade — “eu sei porque vivi”. Sobretudo numa cultura plástica e veloz como a contemporânea, pouco podemos ensinar aos outros partindo da nossa experiência. No máximo, que a alteridade existe. Mas a experiência, assim como a memória, produz consistência subjetiva. Eu sou o que vivi. Descartado o passado, em nome de uma eterna juventude, produz-se um vazio difícil de suportar.

Parece contraditório supor que uma cultura teen possa ser depressiva, sobretudo quando se aposta no império das sensações — adrenalina, orgasmo, cocaína — para agitar a moçada. Mas é o que se tem observado, pelo menos entre os jovens de classe média, que recebo no consultório. Depressão e, o que é mais preocupante, crises fóbicas — que a psiquiatria contemporânea batizou de pânico para transformar a angústia em sintoma medicável.

Pânico: entrar no mundo adulto sem auxílio dos adultos, que querem todos per-



tencer ao mundo jovem. Sem modelos identificatórios. Pânico: entrar na adolescência e ter que responder ao imperativo do gozo que a cultura lança sobre essa faixa etária. Paranóias: jovens que se recusam a sair do quarto, medo das ruas, angústia braba.

A cultura da malandragem adolescente

“Problemas com a escola eu tenho mil, mil fitas/ é inacreditável, mas seu filho me imita./ No meio de vocês ele é o mais esperto/ ginga e fala gíria – gíria não, dialeto! (...) Esse não é mais seu, tomei, cê nem viu/ entrei pelo seu rádio, fiuuu...subiu!” No tom provocativo de sempre e com grande talento de poeta,

Mano Brown lançou seu desafio àqueles que ele chama de “senhores de engenho” no CD dos Racionais, *Vida Louca*, de 2002: pelas ondas livres do rádio, o rapper negro da periferia “rouba” a identidade do filho da burguesia branca. Alguma coisa mudou na atitude de Brown e seus manos depois de *Sobrevivendo no inferno*, onde eles demarcavam o território do rap excluindo os “filhinhos de papai” que se faziam passar por malandros escutando os Racionais MCs no rádio do carro. Em 2002, os músicos mais populares do hip hop paulista entenderam que a potência de seu “rhythm and poetry” ultrapassa barreira de classe e de raça. Ninguém consegue impedir que os jovens do Jardim América se identifiquem com o discurso produzido pelos moradores do Jardim Ângela.

Alguns pais se preocupam — não sei

se deveriam. Cada vez mais, os adolescentes adotam as roupas, a gíria (“gíria não, dialeto!”), a música, a estética da favela. Uma amiga me conta que os amigos do filho tomaram os personagens do filme “Cidade de Deus” como ídolos. O espantoso é que os garotos não têm idade para assistir ao filme; identificaram-se com a representação da representação: o carisma dos personagens é transmitido pelos *clips* de divulgação na TV ou em conversas com

amigos mais velhos. Outro conhecido, morador do Pacaembu, diz que o filho de 15 anos superou uma crise de insegurança e ansiedade quando começou a freqüentar o setor mais barra pesada da quadra dos Gaviões da Fiel, tentando confundir-se com os torcedores da periferia. Um colega de minha filha fez amizade com os garotos da favela vizinha à sua casa e sai todas as noites para grafitar muros e fumar com eles.

Pode ser uma estratégia de proteção. Para um adolescente em idade de começar a sair sozinho pelas ruas — felizmente, nem todos se conformam com a vidinha claustrofóbica de shopping center, motorista e DVD —, é mais seguro ser confundido com um “mano” do que com um “playboy”. Alguns fazem pose de bandidos: “É melhor ser amigo dos caras do que passar pelo otário que eles vão assaltar”. Uma das polarizações que nossa sociedade violenta e competitiva criou não é entre ricos e pobres, brancos e negros: é entre espertos e otários. Claro que, para o garoto de classe média, posar de “esperto” não garante muita coisa: os “enquadres” da polícia podem oferecer tanto perigo quanto os eventuais encontros com um assaltante.

“Para um adolescente em idade de começar a sair sozinho pelas ruas (...) é mais seguro ser confundido com um ‘mano’ do que com um ‘playboy’”.

Mas não é só de proteção que se trata. Os adolescentes não estão tentando enganar os bandidos: estão se identificando, de fato, não necessariamente com os criminosos mas com os marginalizados, os meninos e meninas da periferia e das favelas. Identificam-se com a cultura hip hop: rap, skate, grafite, “bombeta e moleton”. Há um aspecto político nessa atitude, é claro. Cresce entre os adolescentes uma recusa dos padrões consumistas predominantes em sua classe social e uma busca de “autenticidade”, de valores que façam mais sentido no mundo injusto em que vivem. Verdade que é uma recusa ingênua, pois também passa pelo consumo: trata-se de comprar outras roupas, outros CDs, freqüentar outras casas noturnas. Mas como toda estética comporta uma ética, a escolha do modelo da periferia faz alguma diferença. É como se só fosse possível encontrar alternativas para a falta de sentido da vida pautada pelo consumo identificando-se com aqueles que não têm recursos para consumir.

Vejo também um movimento de exogamia, de saída do círculo protegido da família para o vasto mundo – e o mundo fora da família, hoje, tem sido insistentemente apresentado à criança e ao jovem como o mundo do perigo. Só que não é possível viver indefinidamente protegidos do mundo. Vamos a ele, então. Sejamos perigosos.

Nada disso é muito grave. É preferível, para a formação moral de um adolescente, que ele veja o mundo como uma selva a desbravar do que como uma vitrine de butique. O que é preocupante, a meu ver, não é a identificação dos meninos da elite com a estética dos excluídos, mas a identificação com a violência. O preocupante é quando a curiosidade e a ousadia em romper com o circuito estreito

da vida burguesa desembocam na identificação com a estética da criminalidade. Que não é exatamente a linguagem dos criminosos — esta, só conhecemos de fato quando estamos na posição de vítimas. O “estilo” da vida bandida que os adolescentes tentam imitar é a linguagem elaborada e estetizada pelo cinema, pelo rap, pela televisão.

O fenômeno das identificações dos “incluídos” com os marginais revela um efeito inesperado da nova onda de filmes que tentam dar visibilidade aos excluídos. São muitos. Evoco rapidamente: “O Invasor”, “Uma onda no ar”, “Ônibus 174”, “Cidade de Deus”, “Carandiru” e outros, só do ano de 2003 para cá. É que vivemos em uma cultura em que o espetáculo dita as normas de cidadania, organiza as relações sociais, estabelece valores, formata as identificações. Os filmes que denunciam a miséria, a criminalidade e a violência policial são presas dessa contradição: ao tentar mostrar aquilo que a sociedade preferia ignorar, estão necessariamente espetacularizando o mal.

Será inevitável que todas as tentativas de denunciar a violência pela via do imaginário cinematográfico (ou televisivo) acabem produzindo a identificação do público com o próprio mal que se pretende contestar? Por que a realidade do crime, transformada em espetáculo, parece criar uma aura positiva em torno da imagem do criminoso? Qual será o carisma do personagem Zé Pequeno, traficante psicopata de Cidade de Deus, que faz com que um grupo de pré-adolescentes o eleja como símbolo da força, da ousadia e da radicalidade que eles desejam para si?

É verdade que a violência confere poder, ainda que ilegítimo, a quem faz uso dela. Impotentes diante do caos social, adolescentes flertam com a fantasia de se



tornar tão violentos (ou poderosos) quanto os bandidos que os intimidam.

Por outro lado, há um efeito identificatório que é próprio da lógica do espetáculo. A espetacularização do crime, independente das intenções do autor ou do cineasta, faz do criminoso o símbolo da potência que a imagem lhe confere. Potência de visibilidade. Potência de ser. É necessário construir uma nova ética da imagem para dar conta dessa contradição.

A cultura da malandragem entre os adultos

Os pais das famílias de classe média andam preocupados com a falta de ética na conduta dos adolescentes. Temem as más influências dos “maloqueiros” do bairro — mas não percebem que os piores exemplos de irresponsabilidade e falta de educação provêm da própria elite nacional, acostumada a conviver com uma série de práticas ilegais, de maior ou menor gravidade. Uma parte da classe dirigente brasileira considera que a lei só serve para enquadrar os outros. A lei é para os manés. Os espertos e os privilegiados sabem como se colocar acima ou à margem dela. “*Quem tem trinta contos de réis no Brasil não vai para a cadeia*”, dizia Lampião.

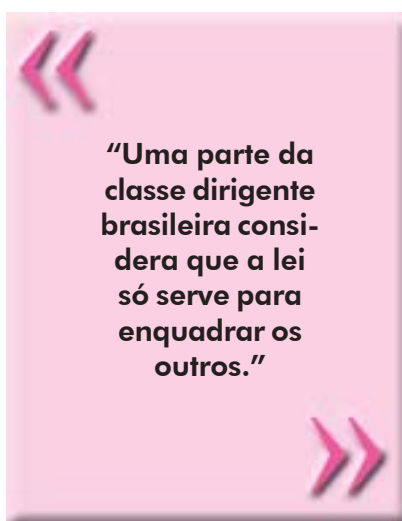
Os adolescentes ricos convivem com essa criminalidade *soft* dentro, ou perto, de suas próprias casas. É o pai que oferece caixinha ao guarda para escapar a uma multa por excesso de velocidade, ou vai à escola pedir a cabeça do professor que reprovou, por razões justas, seu filho. Os pais que se apavoram quando um filho começa a fazer amizade com os favelados

da vizinhança são os mesmos que contratam e demitem empregados sem pagar direitos trabalhistas e oferecem suborno aos fiscais da receita que descobrem as irregularidades de suas empresas.

São mães que se consideram no direito de estacionar em fila dupla na porta da escola atrapalhando o trânsito, como se a rua fosse sua propriedade privada. Ou jogam latas de refrigerante e embalagens de comida pela janela do carro, como se a cidade, onde caminham os “outros”, fosse sua lata de lixo. Esses pais estão ensinando a seus filhos que o dinheiro compra até o que não tem preço: a vergonha, a educação, a lei.

Uma vez, esperava um manobrista trazer o meu carro, na saída de uma casa de espetáculos. De repente, um senhor furou a fila, tirou o manobrista de dentro do meu carro gritando que ele deveria pegar, com urgência, o seu Porsche. “*O senhor tem um Porsche, mas não tem educação?*”, perguntei. Imaginem se ele se incomodou. Pela sua lógica, quem pode pagar um carro importado pode dispensar as normas de bom convívio com os seus semelhantes. “*Se eu pago, eu posso*”, diz o pai de família burguês aos seus rebentos, sem imaginar que é por esse caminho que sua autoridade vai se desmoralizando até o ponto dele perder o respeito dos filhos. De um modo ou de outro, os adolescentes lhes respondem: se você quer que eu te obedeça, me pague.

A convivência com a criminalidade dos marginais e dos miseráveis acovarda e corrompe os adolescentes, principalmente quando estes perdem a confiança na Justiça e na polícia que deveria proteger a sociedade toda. Mas a convivência com o



cinismo e com a ilegalidade das práticas da elite corrompe e educa para o crime boa parte das novas gerações, de maneira muito mais profunda e mais eficiente.

Se, para os meninos, a saída do pânico pode ser a identificação com o marginal que o ameaça, para as meninas, é a gravidez. Sinal, no corpo, que dá conta do imperativo de gozo e, ao mesmo tempo, apresenta um forte argumento para parar de gozar.

Meninas e mães

Se os meninos andam se fantasiando de bandidos para dar conta do mundo ameaçador que os espera e do imperativo de gozo que pesa sobre elas, as meninas do novo milênio estão virando mães cada vez mais cedo. Como as mulheres de tribos indígenas, ou como nossas bisavós — só que em outro contexto cultural —, elas estão engravidando aos 13, 14 anos. Quase imediatamente depois de começarem — não sei se precocemente ou não, pois isso também depende da cultura — a ter experiências sexuais.

As mães dessas adolescentes pertencem a uma geração que derrubou alguns tabus, tanto no que se refere à virgindade das mulheres quanto ao aborto, como solução considerada legítima para os casos de gravidez indesejada. Hoje, o aborto parece ter retomado o estigma da maldição que a Igreja e os conservadores lançaram sobre ele. As meninas grávidas ficam mais horrorizadas que seus pais ante a perspectiva de abortar. A afirmativa “quero ter o meu filho” já aparece pronta, sem contestação, tão logo a gravidez se confirma. A maternidade volta a ter prestígio na geração pós-feminismo.

Só que, ao contrário de nossas bisavós, ou das jovens mães indígenas, poucas das meninas-mães de hoje estão em

condições de criar seus filhos como adultas. Quando têm a sorte de contar com o apoio familiar, continuam vivendo na casa dos pais, cuidando de seus bebês como meninas crescidas que ainda brincam de bonecas, enquanto pai e mãe providenciam seu sustento.

As adolescentes grávidas são presas da contradição que atinge todos os adolescentes na atualidade: o descompasso entre uma vida sexual “adulta”, que acompanha as condições da maturação biológica, e o lugar social de dependência em relação à família que lhe confere uma condição infantil. A liberação dos costumes beneficiou o adolescente com uma grande liberdade sexual, na mesma cultura em que meninos e meninas de 17, 18 anos são considerados como pouco mais do que crianças. Vivem com a família e, quando têm sorte, estudam, dependendo exclusivamente do trabalho dos adultos. As restrições crescentes do mercado de trabalho vão empurrando o final da adolescência para cada vez mais longe; nas classes média e alta, a perspectiva é de continuar os estudos bem além da graduação, prolongando, com isso, a dependência financeira. Mas, apesar de todos os inconvenientes práticos que uma gestação na adolescência implica, há uma espécie de aceitação prévia da maternidade, que se ergue como valor incontestável acima dos percalços que acarreta. Espera-se que, desse “acidente”, decorra um novo sentido para a vida da menina. Que represente uma reviravolta positiva, ocasião para seu amadurecimento. Espera-se que a maternidade dê um jeito na vida da adolescente transgressora.

Até poucas décadas atrás, a gravidez na adolescência era uma catástrofe ou uma vergonha na família. A virgindade valorizava as moças em idade de casar e a gra-



videz precoce indicava algo de podre na família, incapaz de transmitir a uma das filhas o código da moral burguesa que lhe garantiria um casamento digno, no futuro. A possibilidade de um “com casamento” comprometeria a possibilidade de sucesso em eventuais projetos profissionais. Até mesmo para o pai da criança, caso se apresentasse como co-responsável, o incidente traria o inconveniente de um casamento antes da hora, encerrando precocemente uma fase que não era só de estudos e formação profissional, mas também de direito a diversão irresponsável, que, até então, estava reservada aos adolescentes do sexo masculino.

○ que significa essa valorização da gravidez e maternidade precoces, na mesma cultura que encara a adolescência como a fase áurea da vida, a ser desfrutada com mais liberdade que a dos adultos e com a mesma irresponsabilidade da in-

fância? Como entender essa avaliação otimista, promissora da maternidade adolescente na mesma cultura que projeta sobre essa fase da vida os sonhos de impunidade, liberdade, falta de limites e o direito ao supremo individualismo, fazendo da adolescência o ideal de adultos, velhos e crianças?

Maria Rita Kehl é doutora em psicanálise pelo Departamento de Psicologia Clínica da PUC de São Paulo. Conferencista, ensaísta e poeta. Desde 1974, publica artigos na imprensa sobre cultura, comportamento, literatura, cinema, televisão e psicanálise.

Esse artigo foi originalmente publicado em “Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação”, compilação de artigos organizada por Regina Novaes e Paulo Vannuchi. Editora Perseu Abramo (2004).



Juventude e meio ambiente

MARINA SILVA



Os recursos naturais do planeta e a juventude dos países são mensagens do futuro para a minha geração. São também desafios éticos, porque esperam de nós o cuidado presente com as condições naturais e sociais que eles herdarão de nossas mãos nesse futuro.

Duas preocupações são fundamentais na construção desse legado: o respeito aos recursos naturais do planeta e o esforço para preparar os que nos sucederão para que eles também tenham e exerçam a ética dos guardiões em relação ao futuro que é deles. Essa é a lealdade com a cadeia da vida.

Há, na tradição judaico-cristã, um relato sobre um dos patriarcas, chamado Abraão, que é, para mim, o exemplo mais acabado dessa lealdade. Aos cem anos de idade, Abraão plantou um bosque na lo-

calidade Berseba. Não havia mais chance de que ele pudesse usufruir sequer da sombra de pequenos arbustos, quanto mais explorar economicamente a madeira ou colher frutos de árvores adultas. Era apenas um gesto de amor e confiança em direção aos que viriam a seguir e encontrariam ali seu tributo ao futuro, materializado em um bosque. Era também um gesto exemplar que atravessaria milênios para inspirar-nos, nos dias atuais, à prática de gestos que não nos beneficiam diretamente como indivíduos, mas fazem um enorme bem a nossa espécie em sua trajetória de civilização humana.

A juventude, como herdeira, tem potenciais maravilhosos e cabe a nós, adultos na administração do planeta, a ajudar a torná-los realidade. Ela ainda não está comprometida com certos paradigmas per-



versos em relação ao uso de recursos naturais e às respectivas visões sobre o desenvolvimento das comunidades humanas. Seu olhar, movido pelo anseio da descoberta, busca as oportunidades para criar, refazer, repensar e adotar rumos novos. A juventude lança-se a essa tarefa com generosidade, entusiasmo e a energia necessários ao enfrentamento das resistências e interesses calcificados dos que não têm compromisso com o amanhã. Podemos dizer que, por isso, são os herdeiros ideais.

A ameaça à biodiversidade, a degradação do solo, a poluição atmosférica e a contaminação das águas não são uma herança que se entregue aos jovens. Ainda mais porque existem agravantes do quadro como a exclusão social e a má distribuição de renda. Um quadro de dor do planeta e dos pobres, resultante da forma como os seres humanos usam o meio ambiente e estabelecem suas relações sociais.

Preparar a juventude para herdar é, desde já, promover ocasiões para que ela participe dos processos que tratam de seus interesses. Desde 2003, o Ministério do Meio Ambiente estimula a participação da juventude em todos os seus programas, além de ter iniciativas no formato de parceria e apoiar projetos desenvolvidos por instituições de jovens. A iniciativa mais visível dessa preocupação do MMA e com maior carga simbólica é, sem dúvida, a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), que já teve duas edições de 2003 para cá.

Realizada em parceria com o Ministério da Educação, por intermédio do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação

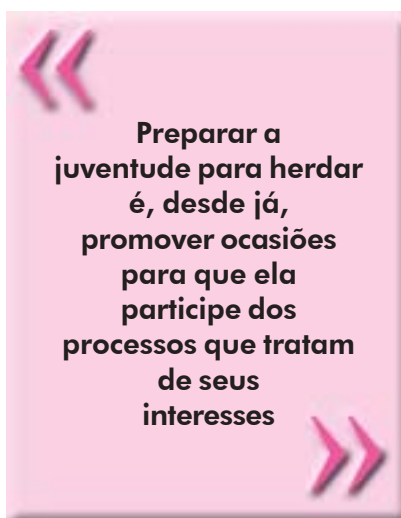
Ambiental, a CNIJMA já promoveu a participação de 6 milhões de estudantes, distribuídos em 16 mil escolas, em sua primeira edição, e 3,8 milhões, em 11,4 mil escolas, na segunda. Jovens indígenas, quilombolas e membros de movimentos sociais também estiveram presentes nos debates dos temas ambientais que mais preocupam a juventude brasileira.

Em ambas as ocasiões os jovens debateram temas relevantes para as suas comunidades e também para a sociedade nacional e finalizaram a segunda edição da Conferência, ocorrida em 2006, entregando ao presidente da República a sua "Carta de Responsabilidades", em que, desde já, assumem compromissos próprios em relação ao momento presente e ao futuro do País.

Fundamental para a realização dessas conferências foi o movimento de juventude pelo meio ambiente. Apoiado pelo Órgão Gestor da Educação Ambiental no país, o movimento organizou-se na Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (Rejuma) e nos Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJ), articulando os jovens de todo o Brasil.

Além da conferência, o MMA e o MEC vêm desenvolvendo programas, projetos e ações que contribuem para promover a participação efetiva da juventude na formulação de políticas públicas para ela mesma.

Todo o movimento daí gerado permitiu a elaboração do Programa Juventude e Meio Ambiente, que desde 2005 tem procurado estimular e ampliar o debate e a ação socioambiental desse segmento da população brasileira. Esse programa foi elaborado a partir de uma pesquisa reali-



zada em 2004 e 2005, com mais de 150 integrantes dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJs) de todo o país.

O Programa Juventude e Meio Ambiente tem o objetivo de enfrentar os principais desafios identificados pela pesquisa, não de modo centralizado, mas em um processo de parceria entre o governo federal, por meio do Órgão Gestor, e os Coletivos Jovens de Meio Ambiente.

Seus objetivos são contribuir para fortalecer organizações e movimentos de juventude e as pessoas que deles participam, ou queiram participar, com especial atenção para os coletivos e seus processos de educação ambiental. Também pretendem aprofundar o debate socioambiental com foco em políticas públicas, propiciando a formação de jovens e o fortalecimento dos seus espaços de atuação, além de ampliar o surgimento de lideranças ambientalistas. Informações sobre o programa podem ser obtidas em documentos disponíveis no sítio www.pjma.cjb.net

A participação da juventude na construção de um projeto de nação, cuja perspectiva é de cidadania e sustentabilidade, parte da ação local, da união na busca da realização de seus sonhos coletivos e torna-se realidade, por meio da atuação em processos de enfrentamento das questões públicas.

A promoção de espaços e condições de encontros e diálogos sobre motivações, desejos, sonhos e expectativas contribui para a construção de um projeto de Brasil. Apesar de todo o tipo de alienação, pode-se sentir a resistência emergente de um espírito gregário, solidário, de união e comunhão em torno de sentidos comuns.

Os questionamentos e a inquietação típicos dessa faixa etária, em relação a formas de se relacionar com a realidade, a vida, o meio ambiente, os seres, as utopi-

as, as necessidades materiais e simbólicas, os padrões de produção e consumo, com lazer e com a espiritualidade correspondem às reflexões e ações rumo a mudanças culturais para a construção de sociedades sustentáveis. Esses questionamentos também estão relacionados à superação das injustiças sociais, da apropriação da natureza e da humanidade pelo capital, da desigualdade social, da privatização de benefícios/lucros em contraponto à socialização dos custos/mazelas.

A identificação da juventude com a questão ambiental oferece uma permanente possibilidade de renovação das suas idéias, principalmente da capacidade de indignação com o que oprime e cerceia o pleno desenvolvimento do ser humano.

Considerando tudo isso, é preciso tomar medidas para repor as coisas no rumo ético que falei no início deste artigo. Assim tem sido feito o que me cabe nesse esforço, que deve ser da mesma dimensão que tem a existência da vida na terra. Onde alguém ou algo respirar, deve poder fazê-lo em condições dignas e seguras, com garantia de perenidade. Onde uma floresta existir, deve estar protegida para prestar seus serviços ambientais, benefícios econômicos e trazer à vida seus frutos. Onde um fio de água correr, deve ser sem ameaças de poluição ou obstrução. Onde uma mãe — humana ou animal — estiver criando seus filhos, deve haver paz para o seu exercício de amor. Esse é o legado legítimo para as gerações futuras, a começar da juventude que convive conosco agora.

Marina Silva
é ministra do Meio Ambiente



A empregabilidade desafiada. Comentários sobre o desemprego juvenil

MIGUEL ABAD



*Perto está o deus e difícil é captá-lo.
Mas onde existe perigo cresce
o que nos salva.*
Friedrich Hölderlin

A situação laboral dos jovens na América Latina

O último informe da OIT sobre tendências do emprego mundial indica que, com relação à taxa de desocupação, depois de dois anos sucessivos de diminuição, esta se manteve em 6,3% como em 2004, quando alcançou um aumento relativo em relação a 2003. Em números absolutos, verificaram-se, em 2005, pequenos aumentos com relação ao ano an-

terior na quantidade de pessoas maiores de 15 anos empregadas e desempregadas, mantendo nesta última a mesma tendência de aumento verificada desde 1993. A População Economicamente Ativa (PEA) – pessoas maiores de 15 anos empregadas e/ou a disponíveis para aceitar um emprego —, foi reduzida a 1.4% entre 1995 e 2005, e atualmente está em 61.4%, índice mais baixo em 10 anos.

Um fator importante dessa diminuição foi o descenso contínuo da taxa de participação juvenil na PEA (as pessoas com idades de 15 a 24 anos), que passou de 51,7% em 1995 a 46,7% em 2005, seja devido a um aumento da permanência dentro dos sistemas educativos ou por que abando-

naram a busca ativa de emprego. Mesmo assim, em 2005 quase a metade das pessoas desempregadas — 89 milhões de 191.8 milhões de pessoas —, são jovens, enquanto sua participação como grupo de idade na PEA não chega a 25%. Assim, enquanto a quantidade de pessoas na PEA mundial aumentou 16,8% entre 1995 e 2005, a quantidade de jovens apenas conseguiu aumento de 4% durante o mesmo período, o que supõe uma probabilidade de desemprego três vezes maior para uma pessoa jovem que para uma adulta (ILO, 2006).

A tudo isso se deve somar a desvantagem relativa dos jovens nas economias em desenvolvimento, em que correspondem a uma maior proporção da PEA que nas economias desenvolvidas (21,8% diante de 14%, respectivamente, em 2003), e estão colocados diante de condições estruturais mais desfavoráveis comparativamente. Nesses países, a probabilidade de um jovem não ter trabalho é 3,8 vezes maior que um adulto, enquanto, que nas economias industrializadas, os jovens têm 2,3 vezes mais possibilidade de estarem desempregados (BIRD, 2007; OIT, 2004).

Entretanto, além da questão do desemprego, a vulnerabilidade comparativa dos jovens com relação aos trabalhadores adultos, tanto nos países industrializados quanto nas economias em desenvolvimento, influi na má qualidade dos empregos a que ascendem, seja em relação a uma maior exposição a fatores de insalubridade, horários mais prolongados, contratos informais ou de curta duração, baixas remunerações, e/ou pouca proteção social:

“Jamais houve tantos jovens em situação de pobreza ou subemprego. Entorno de 106 milhões de jovens trabalham, mas vivem em lares onde a renda é inferior ao equivalente a um dólar americano ao dia.

*Além disso, milhares de jovens encontram-se envolvidos em empregos temporários, de tempo parcial involuntário ou em trabalhos eventuais que oferecem poucas alternativas de formação e promoção.”*¹.

Situações desse tipo vem sendo uma influência determinante nas economias dos países em desenvolvimento, onde “o crescimento [do emprego] concentra-se fundamentalmente nas atividades por conta própria e em microestabelecimentos” (Tokman, 1997). É ilustrativo o caso da América Latina e do Caribe, onde 2/3 dos novos postos de trabalho criados nos últimos 10 anos foram no setor informal e a diminuição do apoio público e familiar aos ingressos no emprego juvenil, tem relação com o fato de que quase todos os postos de trabalho recém criados ocupados por jovens estão na economia informal (OIT, 2005)². Ao mesmo tempo, a América Latina registrou o maior aumento no desemprego em 2005, que somou 1,3 milhões ao número de pessoas desocupadas em 2004, elevando a taxa TD a 0,3% para chegar ao total de 7,7% (OIT, 2006).

No caso dos jovens, se em 2003 havia 13,1% mais de jovens que 1993, a porcentagem de jovens com emprego apenas cresceu em 2,8%, em contraste com o resto do mundo, que durante o mesmo período aumentou sua população jovem em 10,5%, enquanto os jovens com emprego chegaram a 0,2% (OIT, 2004). Esses dados parecem reforçar o maior dinamismo na geração de empregos para jovens, que se daria por meio de postos de trabalho em setores com baixa produtividade, instáveis e carentes de segurança e proteção social. Ao mesmo tempo, esses postos de trabalho se convertem na única ou principal via de acesso a habilidades e aprendizagem necessárias para o mundo do trabalho, o que afeta as condições de



sua empregabilidade futura em função da perda de qualificações e certificados, principalmente quando associados à baixa escolaridade e condição familiar.

Essa situação parece levar às conclusões gerais do informativo da CEPAL sobre a juventude na América Latina, Espanha e Portugal, que mostram como nos últimos 10 anos, a situação laboral dos jovens latino-americanos caracteriza-se pelo aumento do desemprego, da concentração crescente do emprego nos setores de baixa produtividade e da queda dos ingressos laborais médios que os jovens têm acesso (Hopenhayn, 2004).

Tais transformações do trabalho, longe de ser uma exceção, representam para os jovens uma realidade que começa a afetar também os trabalhadores adultos.

Talvez em vez de continuar pensando o desemprego juvenil em termos de ocupação/desocupação, seja preciso admitir a heterogeneidade do mercado de trabalho, a indeterminação de sua fronteira e a diversidade das transições que conformam as trajetórias instáveis dos jovens no mercado de trabalho, reforçado pela existência de “zonas gris” entre o emprego, a inatividade e o desemprego juvenil.

Políticas de emprego ou de empregabilidade?

A situação apresentada contrasta de forma surpreendente com a hipótese otimista colocada nos princípios da década de 1990 em relação a uma tendência positiva para o emprego juvenil na região



enquanto se dava continuidade ao ajuste estrutural da economia latino-americana da década passada com uma segunda geração de reformas destinadas a remover as barreiras institucionais que existiam até então e que obstruíam a inserção laboral dos jovens nas décadas passadas. Esse fato facilitaria assim o aproveitamento das oportunidades abertas pela liberação e mundialização dos mercados de bens e fatores de produção (incluindo o trabalho).

Diante dessas premissas e sustentadas por uma duvidosa seleção de cifras e experiências avaliadas inconsistentemente, as propostas dos organismos de cooperação multilateral e suas equipes de consultores destacaram em seus informes as seguintes recomendações gerais para melhorar a inserção laboral dos jovens na região:

- Os jovens como atores estratégicos do desenvolvimento, a partir da concorrência de fatores “internos”, intrínsecos a uma *natureza* juvenil, e outros “externos”, atribuíveis ao modelo atual de desenvolvimento, as novas tecnologias de informação e comunicação, e as tendên-

cias demográficas; ³

- Traçar políticas públicas específicas de emprego juvenil segundo estratégias que estejam centradas nos grupos vulneráveis devido à pobreza;

- A necessidade de melhorar o impacto das políticas sociais direcionadas para os jovens a partir da aplicação de soluções técnicas relacionadas à gestão com a premissa de racionalização do Gasto Público Social (GPS) mediante:

- a) Implementação da desconcentração e descentralização de funções até atingir níveis municipais e a “sociedade civil”;

- b) Introdução paulatina de mecanismos de mercado nos serviços sociais de formação profissional;

- c) Promoção de focos que incentivem a busca de emprego, que condicionem recursos para a capacitação para a inserção laboral;

- Em um nível político, controlar os interesses de associativistas dos trabalhadores adultos apontando uma perspectiva geracional nas políticas de emprego juvenil;

- Na linha das ações, priorizar o apoio



à transição a vida adulta dos jovens mediante a criação de ingressos a partir da melhoria da empregabilidade.

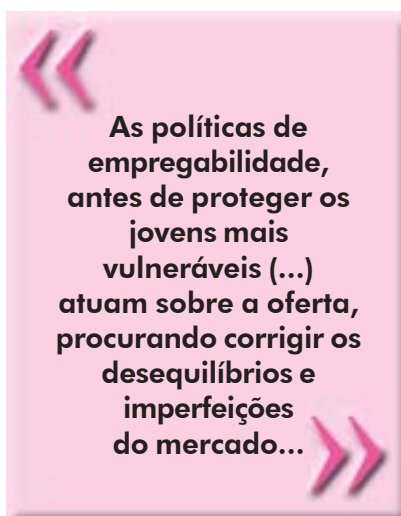
As políticas de apoio ao emprego juvenil resultam assim em políticas de promoção da empregabilidade dos jovens, ou seja, assumem que o desemprego juvenil é de caráter estrutural entendendo por isso que suas origens sociais são uma combinação de decisões individuais ruins e deficiências institucionais.

O foco dos programas – dirigidos aos jovens em situação de exclusão – é justificado por meio da análise que se faz da pobreza como resultado de um baixo investimento de capital humano que produz um bloco de tipo sociocultural nas populações vulneráveis. As políticas de empregabilidade, antes de proteger os jovens mais vulneráveis (jovens pobres, mulheres e adolescentes que não estudam nem trabalham) das flutuações da demanda de trabalho, atuam sobre a oferta procurando corrigir os desequilíbrios e imperfeições do mercado mediante estratégias de intermediação laboral, a formação em competências sociais, a reescolarização e as medidas para flexibilizar sua contratação.

No que diz respeito ao desenho institucional, as políticas de empregabilidade estão subordinadas aos “sinais do mercado”, que definem os requerimentos e competências e os conteúdos das qualificações implementadas, ao mesmo tempo em que se busca a mais ampla e eficiente coordenação pública-privada, em que o Estado central assume a função de condução, administração e avaliação dos programas, delegando sua execução aos níveis municipais e aos prove-

dores privados locais dos serviços, de acordo com um esquema de competências e subsídio da demanda dos serviços.

Essas políticas de emprego juvenil são elaboradas a partir de enfoques dos organismos de cooperação internacional dos países centrais e da bancada multilateral, como orientação a tese de garantir “o ingresso de toda a população, mas não dependendo do pleno emprego – que já não é possível – mas sim de sua empregabilidade”⁴. Como se vê, essa idéia contrasta com as políticas de trabalho anteriores, os programas de empregabilidade juvenil continuam uma política restritiva de intervenção sobre o mercado de trabalho, que se sobrepõe às políticas de luta contra a pobreza: a vulnerabilidade dos jovens que necessitam de qualificações adequadas demandadas pelos empregado-



As políticas de empregabilidade, antes de proteger os jovens mais vulneráveis (...) atuam sobre a oferta, procurando corrigir os desequilíbrios e imperfeições do mercado...

res, recebem uma ajuda financeira que demanda uma contrapartida: a obrigação de trabalhar ou, mais amplamente, de participar em programas que preparam para o emprego. Mantem-se assim a visão dominante da “política de emprego” norte-americana (Perez, 1998; Morel, 1998), guiada pela teoria do capital humano, que, centrada no indivíduo, em suas aptidões e comportamentos, oculta qualquer reflexão sobre as dinâmicas econômicas e sociais de criação e eliminação de empregos.

Por outro lado, sem questionar as limitações de sua inserção e a pouca eficiência administrativa dos recursos,⁵ mais de dez anos de políticas e programas de emprego juvenil acabaram por colocar em evidência três rompimentos fundamentais: i) que a educação tanto formal quanto compensatória, não melhora os índices de ocu-



pação dos jovens; ii) que ter um emprego não é garantia de ingresso satisfatório para as novas gerações; iii) que nem o crescimento econômico nem a estabilidade macroeconômica geram postos de trabalho para os jovens e nem mesmo para os adultos. (Abad, 2005).

Entretanto, as estratégias para gerar emprego juvenil, especialmente as que estimulam diretamente o setor privado para a contratação de jovens combinando capacitação subsidiada pelo Estado, benefícios tributários e a flexibilização laboral, reforçaram os componentes de uma relação salarial cada vez mais insegura, heterogênea e fragmentada, conseguindo dissolver o desemprego em uma hiper-mobilidade laboral a partir das categorias de subemprego, “produção flexível”, *working poors*, trabalho voluntário, trabalho informal, trabalho de tempo parcial, etc. Esses constituem as modalidades de emprego a que tem acesso os jovens por meio das políticas de emprego.

A sobreposição das políticas de luta contra a pobreza e as políticas de emprego são levadas a cabo com a mesma lógica assistencialista: a precarização e a dependência da situação econômica como modo de regulação dos comportamentos individuais, em uma situação em que o contrato social entre os pobres e o Estado tende a orientar o GPS a partir de novos critérios:

- A redefinição das bases sobre as quais outorgam as prestações sociais, desmontando particularmente as que privilegiam a relação salarial regulada;
- A redução e privatização da cobertura de segurança social e prestações laborais, buscando reduzir o custo da força de trabalho;
- O modelo do *Workfare* no lugar do modelo *welfare* na luta contra a pobreza e a mudança dos direitos incondicionais para

os direitos condicionados;

- O cálculo diferenciado das prestações sociais segundo ingressos tributários do Estado;
- A descentralização da gestão dos gastos sociais, delegando aos municípios a responsabilidade, onde a relação com os beneficiários é mais fácil de controlar;
- A combinação de estratégias de controle policial focalizado com programas de inserção condicionada.

Sob esse foco de análise, o persistente fracasso das políticas públicas direcionadas aos jovens, particularmente as de emprego – que já não existem as políticas de empregabilidade, o que tentamos aqui demonstrar, é uma outra coisa —, é a evidência de que as instituições e políticas orientadas para facilitar as transições à vida adulta seguem operando sob o pressuposto de um modelo linear do curso da vida, em que a integração social é equivalente a integração no mercado de trabalho (du Bois-Reymond e López Blasco, 2004).

Porém, considerando a exclusão não como uma situação dada mas como uma construção social resultante de um processo biográfico estruturalmente determinado, o desemprego dos jovens e suas dificuldades de inserção laboral representam uma crise mais ampla situada na organização social e institucional dos ciclos de vida na sociedade, que tende a concentrar-se nos jovens que provem de famílias com escassos recursos, muitas das quais se encontram em situação de pobreza, gerando um círculo vicioso de transmissão da pobreza entre gerações (Léporé e Schleser, 2005), pois a mobilidade social descendente associa-se a rupturas irreversíveis nas trajetórias de acumulação de competências individuais e coletivas das famílias, uma situação

“... que se estende por mais de uma

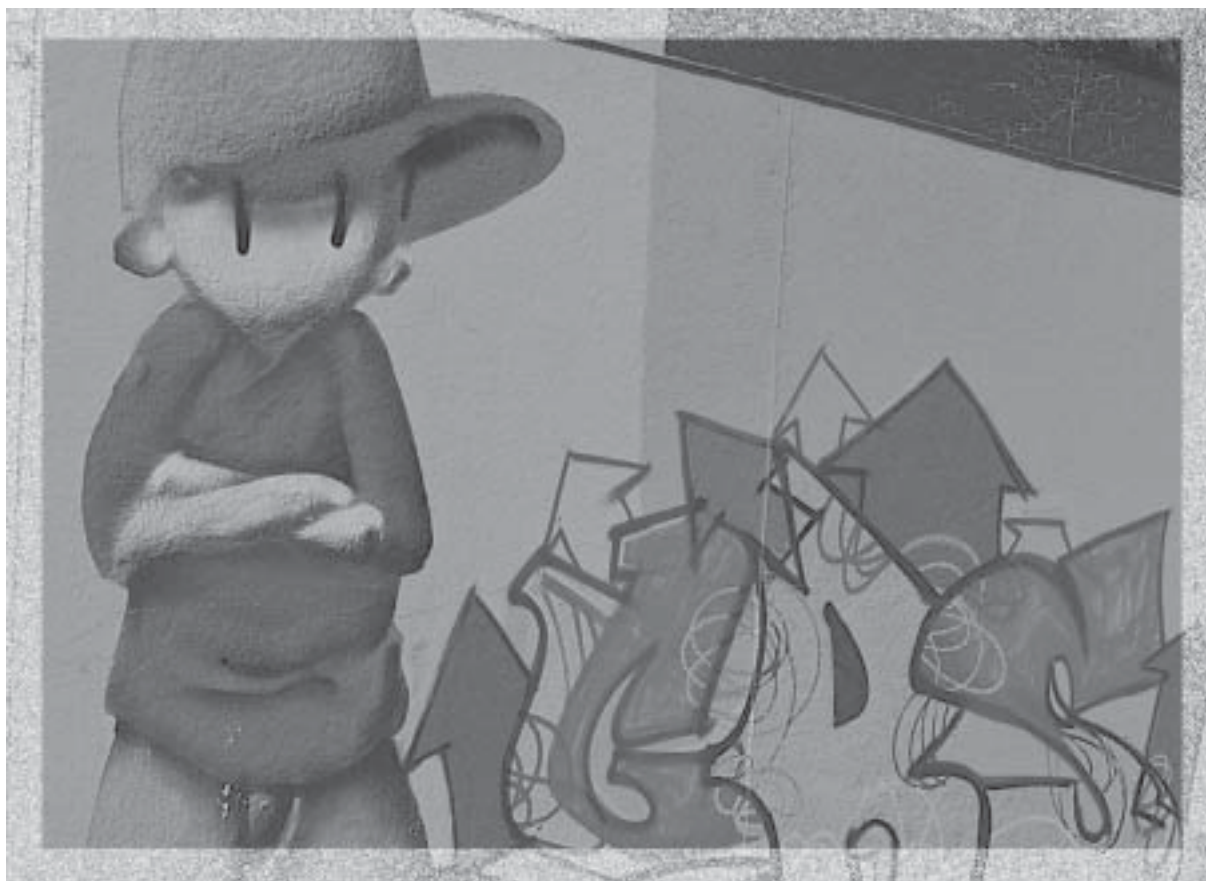


década, já experimentada pelos pais (...) é uma segunda geração com inserção instável. (...) Assim a instabilidade torna-se natural a medida que a imagem do trabalho como situação estável vai apagando-se da experiência transmitida por seus pais e outros adultos a sua volta. Os jovens enxergam diante deles um horizonte de precariedade duradoura onde se torna impossível vislumbrar alguma possibilidade de 'carreira laboral'." (Kessler, 2002: 142).

Não quero, com isso, dizer que o tema do emprego juvenil deva ser abandonado; ao contrário, seguindo essa linha de reflexão, sendo o emprego uma parte essencial do destino social da grande maioria da população: existem condições para uma possível luta pelo estabelecimento de "novas proteções" das situações laborais, caracterizadas pela hiper-mobilidade, heterogeneidade, fragmentação e a flexibilidade do mercado de trabalho?

As possibilidades de uma nova empreitada da classe trabalhadora na América Latina

No contexto atual latino-americano de recuperação de níveis de crescimento econômico superiores aos da década passada na região, o mercado de trabalho começa a dinamizar-se. A partir daí, o aumento na taxa de atividade, produto do efeito da percepção de novas oportunidades de emprego para os desempregados desalentados que retornam a busca de emprego. Por outro lado, persistem problemas estruturais para além do bom desempenho de alguns indicadores, como a taxa de desemprego, toda vez que o sistema institucional e político que respalda o funcionamento das relações de produção inalterado: mantém-se o ajuste fiscal, o endividamento público, o estancamento dos



ingressos laborais e as transferências regressivas a favor dos grupos mais concentrados dos poderes econômico e político e a metáfora do “derramamento” do crescimento econômico segue operando como nas versões liberais anteriores.

Em uma perspectiva macroeconômica, as maiores economias latino-americanas estão mais bem preparadas para enfrentar as crises externas tanto pelo superávit fiscal quanto pela alta cotização dos *commodities* pela demanda dos países emergentes, particularmente China e Índia, e o bom momento dos países exportadores de petróleo – sua sustentabilidade segue essencialmente apoiada em fatores vulneráveis, como a manutenção de um tipo de troca desvalorizada, os baixos custos laborais e o congelamento das tarifas, sem que se modifiquem substancialmente os elementos que definem sua competitividade sistêmica.

A restrição externa ao crescimento em uma economia fundamentalmente orientada para a exportação reflete o sistema de preços que define uma estrutura econômica com produtividades distintas entre diferentes setores segundo seus graus de inserção internacional, assim como a tensão entre o tipo de troca e os salários pagos, o que impõe limites às políticas de distribuição de ingressos mediante aumento das taxas de ocupação formal e incremento de salários.

Nesse cenário, se coloca em questão os limites de crescimento econômico para gerar em quantidade e qualidade os postos de trabalho que demanda uma população empobrecida por três décadas de reformas neoliberais, que, por outro lado, começa a recompor seis níveis salariais e de organização política, o que reverte em uma diminuição da tolerância para a desigualdade social por parte dos setores mo-

bilizados da classe trabalhadora.

O conflito entre a distribuição do produto social e a taxa de ganância em contextos em que a acumulação de capital está induzida por parâmetros internacionais se agrava, à medida que se recuperam os níveis de ocupação da população. Enquanto continua durando a recuperação – especialmente pela “memória” das péssimas condições iniciais –, a demanda interna vai produzir sinais positivos mediante a recuperação do consumo, particularmente nas classes médias, apoiando a criação de empregos no setor secundário e especialmente no terciário, tanto formal quanto informal.

Enquanto isso, a situação do emprego na América Latina segue mostrando altos graus de segmentação intersetorial e entre empresas, heterogeneidades por idades, gênero e capacidades e informalidade, afetando de maneira desigual grupos vulneráveis como mulheres, jovens e homens maiores de 45 anos. O sistema de proteção e seguro-desemprego são ainda limitados ou incipientes, vinculados ao trabalho formal não cobrando, portanto, as situações de desemprego, subocupação e precariedade que caracterizam a inserção desses grupos no mercado de trabalho.

A modificação dos sistemas de proteção social para torná-los mais universais e menos dependentes do trabalho formal, poderia ser uma medida eficaz contra a tensão inflacionária, mas conduziria a transformações institucionais do mercado de trabalho, que resultam incompatíveis com o modelo atual de inserção internacional da região. Aliás, a sustentabilidade de uma dinâmica de crescimento autônoma dependerá da demanda e investimento interno, em que a própria distribuição regressiva do ingresso ao mercado de trabalho se transforma em um obstáculo para o desen-



volvimento econômico.

Não obstante, melhorar essa distribuição se traduz em reformas mais profundas do mercado de trabalho para maiores níveis de proteção, o que vai aumentar o poder social e político dos trabalhadores, que, por sua vez, afetará a manutenção dos baixos custos laborais nos quais os governos da região embasaram sua estratégia de competitividade, na aliança com os empresários e os sindicatos oficialistas.⁶

Entretanto, coloco em dúvida que sejam produzidas mudanças substanciais mediante um conselho técnico, se este não for antecedido e acompanhado por uma luta política liderada por um pólo da classe que assuma, conscientemente, a tarefa de autovalorização do seu trabalho no centro da luta de classes. Ela deve ter assumir uma tática baseada no incremento do Gasto Público Social como a parte da reprodução social que o capital deve pagar, mediante ações sociopolíticas em torno da defesa, recuperação e ampliação de direitos, até que provoque uma crise de valor na própria lei que sustenta as relações de produção capitalista, forçando até os limites da superação da legalidade do estado burguês.

Nesse cenário, a discussão se abre a partir de um desafio histórico para as classes trabalhadoras: construir uma cidadania com proteções sociais associadas às características do novo mercado de trabalho que considere as novas trajetórias trabalhistas, marcadas por situações aleatórias e de descontinuidade.

Miguel Abad é psicólogo argentino
e consultor internacional
em temas de juventude.
E-mail: jmabad@gmail.com

Notas

¹ OIT, 2006.

² “Os jovens que contam com um emprego (...) enfrentam problemas específicos. Considerando sua escassa formação e experiência laboral, os jovens geralmente terminam aceitando trabalhos mais precários. No Peru, por exemplo, do total de filiados ao sistema de seguro social de saúde, apenas 10% são jovens de 15 a 24 anos (mesmo quando seu peso no emprego é superior a 40%) e dois de cada três destes jovens trabalha sem contrato assinado. A situação — comenta o informe — é similar em outros países da região” (OIT, *ibidem*).

³ “A relevância destas iniciativas coincide com a presente conjuntura histórica marcada pela oportunidade do ‘boom demográfico’, o desafio da construção da ‘sociedade do conhecimento’ e a possibilidade de reformas estruturais do Estado, que desejam investir mais e melhor nos jovens” (Rodríguez, 2004).

⁴ Abdala, 2004:34.

⁵ Estudos e análises sobre os enfoques e as tendências das políticas de emprego juvenil na América Latina e no Caribe podem ser encontradas em Jacinto (1999), Gallart (2000), Rodríguez (2004) e Abdala (2004), entre outros (Cit. Abad, 2005).

⁶ Precisamente é a presença de uma alta taxa de informalidade laboral e fenômenos como a crescente terceirização da economia, o que assegura baixos custos.



Referências Bibliográficas

- ABAD, Miguel, Políticas de juventud y empleo juvenil: el traje nuevo del rey, in.: *Última Década*, Viña del Mar, CIDPA, setiembre 2005.
- ABDALA, Ernesto, Formación y empleabilidad de jóvenes en América Latina, in.: MOLPECERES PASTOR, Mariangeles (org.), *Identidades y formación para el trabajo*, Montevideo, CINTERFOR-OIT, 2004.
- BIRD, *World development report 2007. Development and the Next Generation*, Washington, The World Bank, 2006.
- DU BOIS-REYMOND, Manuela y LÓPEZ BLASCO, Andreu, Transiciones tipo yo-yo y trayectorias fallidas: hacia las políticas integradas de transición para los jóvenes europeos, in.: *Revista de Estudios de Juventud*, n° 65. *Políticas de juventud en Europa*, Madrid, Instituto de la Juventud (INJUVE). Madrid, 2004, pp. 11-29.
- HOPENHAYN, Martín (coord.), *La juventud en Iberoamérica. Tendencias y urgencias*, Santiago, CEPAL-OIJ, 2004.
- ILO, *Global employment trends, 2006*, in.: www.ilo.org
- JACINTO, Claudia, "Jóvenes vulnerables y políticas públicas de formación y empleo", in.: Mayo. *Revista de Estudios de Juventud*, n° 1, Buenos Aires, Dirección Nacional de Juventud, 2000.
- KESSLER, Gabriel, De proveedores, amigos, vecinos y "barderos". Acerca de trabajo, delito y sociabilidad en jóvenes del Gran Buenos Aires, en Feldman, Silvio (ed.), *Sociedad y sociabilidad en la Argentina de los 90*, Buenos Aires, Biblos/UNGS, 2002.
- LÉPORE, Eduardo; SCHLESER, Diego, Diagnóstico del desempleo juvenil, en *Trabajo, ocupación y empleo. Trayectorias, negociación colectiva e ingresos*, Buenos Aires, SSPTYEL/MTEySS, 2005.
- OIT, "El empleo de los jóvenes: vías para acceder a un trabajo decente", en *Conferencia Internacional del Trabajo, 93ª reunión*, Informe VI, Ginebra, OIT, 2005.
- _____, Tendencias mundiales del empleo juvenil, 2004, in.: www.oit.org.pe
- RODRÍGUEZ; Ernesto, Políticas y estrategias de inserción laboral y empresarial de jóvenes en América Latina: El desafío de la empleabilidad, en *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Vol. 2 (1), Manizales, Universidad de Manizales, Centro de Investigaciones y Estudios Avanzados en Niñez, Juventud, Educación y Desarrollo, enero-junio de 2004.
- TOKMAN, Víctor (1997), La informalidad en los noventa: situación actual y perspectivas, in.: CARPIO, Jorge; CARPIO, Jorge y NOVACOVSKI, Irene (comps.), *De igual a igual. El desafío del Estado ante los problemas sociales*, Buenos Aires, FLACSO-SIEMPRO-FCE, 1999.



Os grafites que ilustram esta edição
foram fotografados por Rômulo Garcias,
no entorno da estação do metro no Bairro Horto
e nos tapumes que circundam a Universidade Fumec. Esses últimos
fazem parte da intervenção “Muros Efêmeros”, que tem
como curador o artista plástico Rui Santana.



